



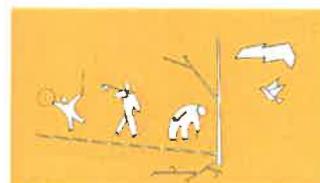
**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SANTO ANTÓNIO DE S.
PEDRO DO SUL**

Relatório de Gestão e Contas - 2020

Co...
António
João
Paulo
Luís

Abril/2021

NIPC: 501 157 506



Sempre ao seu lado.

Q.

Handwritten signatures and initials in blue ink, arranged vertically on the right side of the page. The signatures are stylized and difficult to read, but appear to be a list of names or initials.

Relatório de Gestão e Contas

2020 – Nota Prévia

O ano de 2020 foi, indubitavelmente, um ano de fortes provações institucionais e pessoais, força da contingência de combate à pandemia de SARS Cov2 – Covid-19. De facto, foi um ano em que nos tivemos que reinventar, em termos de ligação à comunidade, funcionamento e gestão corrente, para garantir todo um conjunto de resposta que o combate à pandemia exige e, simultaneamente, para garantir que os padrões de referência e qualidade se mantêm.

Não obstante, conseguiu-se o equilíbrio e, volvido mais um ano, voltamos a confirmar o estatuto da Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro do Sul (MSPS) como uma instituição de referência na região; como uma instituição inclusiva; como uma instituição que se procura manter moderna e que é feita diariamente pelo reconhecimento dos nossos utentes, suas famílias e comunidade. Reconhecimento, reiteramos, não só pelos serviços prestados, como por todo um conjunto de valores que preconizamos nas várias respostas sociais e pela dedicação contínua do nosso corpo de colaboradores.

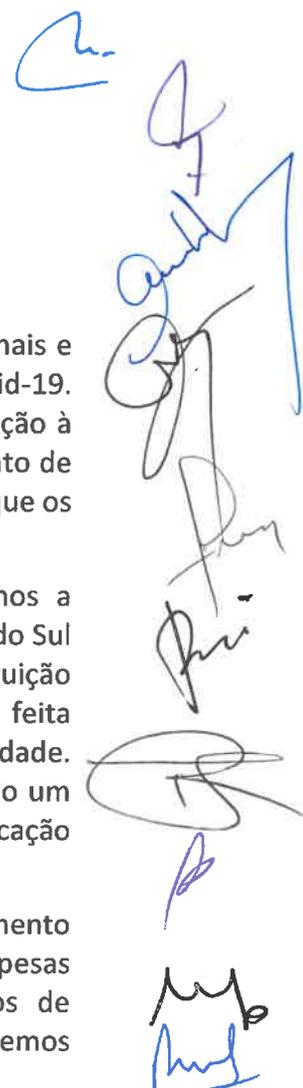
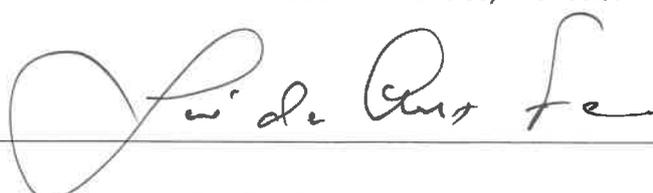
O último ano foi, também, um ano em que nos obrigamos a travar o investimento na requalificação das respostas sociais, para orientar os esforços para as despesas de combate à Covi-19. Compasso de espera sem prejudicar os projetos de requalificação, nomeadamente da ERPI Lar de Grandes Dependentes que prevemos promover a curto prazo e do Hotel Geriátrico.

O travão no investimento, a par do acréscimo contínuo do custo com pessoal e à não verificação de alienação de património neste último ano levam ao registo de um resultado líquido em recuperação e já em valores positivos de cerca de 128 mil euros.

Por seu lado, o ano de 2020, também veio reforçar a importância do papel social que as instituições da economia social desenvolvem, quer em termos de empregabilidade, quer em termos de suporte social e de apoio à comunidade; bem como reforçou o alerta sobre os constrangimentos que lhes têm sido colocados pela tutela em termos de compensações financeiras. O apanágio de rigor, transparência e exigência é maior para se manter a qualidade e níveis de serviços espectáveis nas respostas atuais e, simultaneamente, salvaguardar a inexistência de falhas de tesouraria.

Apelando à colaboração contínua de toda a comunidade, continuemos esperançosos, resilientes e continuamente dedicados à Causa Social.

José Fernandes, Provedor



Ch
Paulo
[Signature]
[Signature]
[Signature]
[Signature]
[Signature]
[Signature]

Índice

INTRODUÇÃO.....	6
MODELO DE GOVERNO ESTATUTÁRIO.....	7
Mesa da Assembleia Geral.....	7
Mesa Administrativa.....	7
Conselho Fiscal.....	7
Identificação da Entidade.....	7
POLÍTICA DE QUALIDADE.....	8
Missão.....	8
Visão.....	8
Valores.....	8
Objetivos estratégicos - período 2018-2020.....	9
FACTOS RELEVANTES.....	14
1.º Trimestre.....	14
2.º Trimestre.....	15
3.º Trimestre.....	16
4.º Trimestre.....	17
SÍNTESE DE INDICADORES.....	20
1. Evolução do total de gastos.....	20
2. Evolução do total de rendimentos.....	23
3. Evolução do resultado líquido do exercício.....	28
4. Grandes Números da Atividade da MSPS.....	31
5. Mitigação da Pandemia de Covid-19.....	35
6. Proposta de aplicação de resultados.....	38
NOTA FINAL.....	39
ANEXOS.....	41
Anexo 1 – Relatório de Contas.....	42
Anexo 2 – Parecer do Conselho Fiscal.....	84
Anexo 3 – Ata da Assembleia Geral.....	86

Relatório de Gestão e Contas - 2020

INTRODUÇÃO

A atual Mesa Administrativa, empossada em 11 de janeiro de 2019, no seguimento da Assembleia Geral Eleitoral de 16 de dezembro de 2018, mantém-se fiel à Missão desta Instituição quase bicentenária, não obstante as alterações na estratégia de intervenção definidas ou a definir.

Assim, em conformidade com o estabelecido na Lei e no Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Santo António de S. Pedro do Sul, a Mesa Administrativa vem submeter à apreciação, discussão e votação dos Irmãos, o Relatório de Atividades e as Contas de Exercício de 2020, acompanhado do respetivo Parecer do Conselho Fiscal.

No presente Relatório estão indicados os principais desenvolvimentos das atividades de exploração da responsabilidade da Mesa Administrativa e, com ele, pretende-se dar conta dos compromissos assumidos em termos de execução dos objetivos estratégicos para 2020 constantes do Plano de Atividades e do Orçamento de Exploração correspondente.

Pela sua relevância e sem prejuízo da consulta do presente Relatório e Contas, destacam-se os seguintes indicadores no ano de 2020:

- Cash flow de 357.117,31€;
- Autonomia Financeira de 90,76%;
- Custos com pessoal no montante de 2.170.883,91€;
- Subsídios do ISS - Instituto da Segurança Social, IP no montante de 1.775.666,33€;
- Resultado Líquido do Exercício (RLE) de 2020 de 128.314,82€.

Os indicadores de atividade anteriores revelam uma recuperação do RLE para valores positivos, contribuindo para tal o acréscimo de doações e legados e a redução de algumas rubricas de despesa, mesmo com o impacto negativo do acréscimo do material e equipamento de combate à Covid-19, da não existência de alienação de património imobiliário e da continuação de agravamento dos custos com o pessoal. Positivamente, registamos o acréscimo das participações e subsídios/acordos, pelo que registamos uma estabilidade a curto e médio prazo, sustentada e em linha com os resultados de anos anteriores: excedente financeiro líquido da atividade anual (Cash Flow) em valores muito positivos e superior ao ano anterior e uma autonomia financeira superior a 90%.

Abordamos o relatório de contas de 2020 tendo por base a análise dos dados financeiros registados neste ano e nos 4 anos anteriores, com a frieza que os números impõem e com a consciência de que apenas podemos gastar o que seja coberto pelas receitas.

MODELO DE GOVERNO ESTATUTÁRIO

Em 31 de dezembro de 2020:

Mesa da Assembleia Geral

Presidente – Rui Jorge Ferreira Barros

Vice-Presidente – Maria João Martins Figueiredo Fernandes

Secretária – Paula Cristina Paiva Pinto

Mesa Administrativa

Provedor – José da Cruz Fernandes

Vice-Provedor – António Santos Pais

Tesoureiro – António Henrique Pinho Correia Almeida

Secretário – António Fernandes Almeida Pinto

Vogal – Ana Maria Paiva Oliveira

Conselho Fiscal

Presidente – Eduardo Rodrigues Silva

Vice-Presidente – Joaquim António Tavares Loureiro

Secretária – Maria João Santos Tavares Jorge

Corpos Gerentes em mandato para o quadriênio 2019-2022, eleitos em Assembleia Geral realizada em 16 de dezembro de 2018.

A mesa da Assembleia Geral foi recomposta em Assembleia Geral de 30 de novembro de 2020, com a eleição de novo secretário face o falecimento de Valentim Francisco Bizarro, anterior secretário.

Identificação da Entidade

A Santa Casa da Misericórdia de Santo António de S. Pedro do Sul é uma entidade sem fins lucrativos, IPSS, com o NIPC 501 157 506 e sede na R. da Misericórdia, n.º6 em São Pedro do Sul.



POLÍTICA DE QUALIDADE

A Santa Casa da Misericórdia de S. António de São Pedro do Sul, abreviadamente designada por Misericórdia, desenvolve e promove um conjunto de respostas sociais, tipificadas e não tipificadas, que acompanham a comunidade ao longo de todo o seu ciclo da vida. Nesta perspetiva, concorre com a sua ação para a implementação das políticas sociais nacionais, para a cooperação interinstitucional e coesão.

Com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e justiça entre os indivíduos, tem como principal atividade a ação social para pessoas idosas e crianças, expressa nas suas 7 valências tipificadas: ERPI (Estrutura Residencial para Idosos – Casa da Quinta (Lar de Idosos); ERPI Lar de Grandes Dependentes; SAD – Serviço de Apoio Domiciliário; Centro de Dia (Casa das Amoreiras); Creche; Pré-escolar; e CATL – Centro de Atividades de Tempos Livres.

Assim, pretende valorizar a contribuição dos utentes, familiares, colaboradores e de todas as partes interessadas, através de uma intervenção conjunta e multidisciplinar, orientada para a satisfação das necessidades das pessoas idosas, crianças ou elementos da comunidade.

Procura centrar a intervenção na melhoria contínua da reflexão, planeamento e atuação, com vista a atingir os resultados desejados, cumprindo os requisitos legais e regulamentares.

Procura motivar e incentivar os associados a serem parceiros ativos na construção de uma Instituição cada vez mais inclusiva, dinâmica e próxima da comunidade.

Missão

Ser o instrumento promotor dos valores e atividade das Misericórdias, promovendo a organização de serviços de interesse comum e fomentando os princípios que determinam o espírito solidário da sua ação, estimulando a fraternidade e ajuda ao próximo

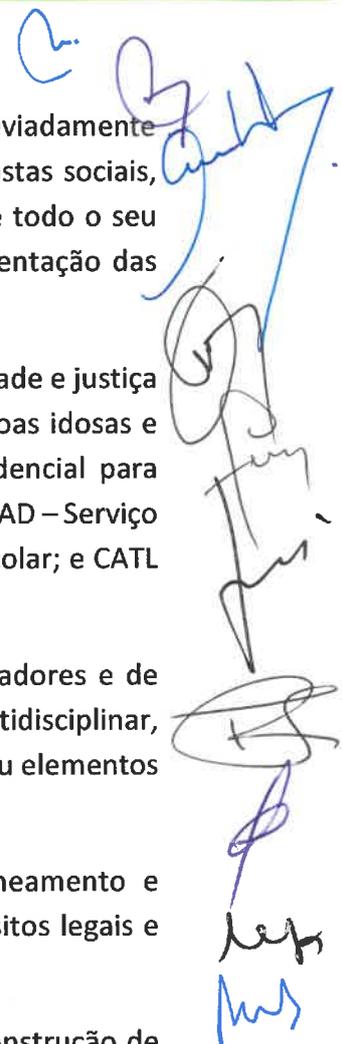
Visão

Ser uma instituição de referência, destacando-se pela qualidade e satisfação nos serviços que presta em prol da cooperação com a Sociedade.

Valores

A política de qualidade da Misericórdia tem como valores/princípios orientadores:

- Referencial de valores humanistas;
- Satisfação dos utentes;
- Envolvimento;
- Credibilidade;
- Proximidade;
- Inovação.



Objetivos estratégicos - período 2018-2020

No plano estratégico aprovado para o triénio 2018-2020 registamos como uma das principais linhas de força, para o triénio, o movimento defensor dos direitos e deveres dos cidadãos, em situação de vulnerabilidade social. Igualmente incontornável é, prosseguindo a sua missão social de apoiar, reabilitar e incluir, consolidar a sua atuação no público atual e estudar e ponderar eventuais novas áreas de intervenção, atendendo a novas necessidades e serviços que eventualmente se possam implementar no edifício do antigo hospital.

Do ponto de vista estritamente organizacional, revela-se fundamental iniciar o processo já atrasado de requalificação da ERPI – Lar de Grandes Dependentes, cujos projetos de especialidade estão em conclusão, bem como encetar as prioridades e, conseqüentemente, estruturar o respetivo projeto de arquitetura/especialidades para a intervenção no edifício do antigo hospital. Em relação a esta última prioridade, encontrando-se o projeto de arquitetura já aprovado pela Câmara Municipal e ISS, estão também a finalizar-se os projetos de especialidade, para a reconversão do edifício para Hotel Geriátrico.

Não esquecemos, de igual modo, a intervenção parcelar e gradual no edifício da área de infância, por forma a se ir beneficiando o mesmo gradualmente e sem penalizar/agravar a situação financeira desta área social.

Fomentar partilhas de intencionalidades e necessidades, entre todos os envolvidos na instituição, é também preocupação, no sentido de transformar a MSPS numa instituição inclusiva que manifesta, nos atos diários de representação e determinação de todos os envolvidos, a sua missão e valores.

Objetivos respeitantes aos eixos estratégicos definidos

Associativismo:

- Manter o atual nível de associados e, se possível, garantir a angariação de mais associados, para que os valores corporativos e a visão se expressem na missão da organização.

Sustentabilidade (financeira):

- Promover a rentabilização dos recursos humanos;
- Diversificar o financiamento, acreditando que as tendências indicam a incontornável necessidade de garantir novas fontes de financiamento regular dos serviços;
- Rever a capacidade da ERPI – Lar de Idosos e Lar de Grandes Dependentes.

Pessoas e Serviços:

- Manter a operacionalidade dos acordos de cooperação;
- Estabelecer acordo para CD – Centro de Dia e rever acordo SAD.

Comunicação:

- Divulgar o desempenho da instituição visando o aumento da sua notoriedade;
- Consolidar a identidade institucional enquanto prestador de serviços de qualidade.
- Estruturar e divulgar política de mecenato e patrocínios.

Inovação e desenvolvimento:

- Articular e monitorizar os PI dos utentes e quadros de referência no âmbito da qualidade de vida dos mesmos;
- Manter as atividades de desenvolvimento que promovam a abertura da MSPS e a sua posição a nível regional, bem como participar em iniciativas externas de instituições congéneres.

Objetivos respeitantes ao processo de Certificação da Qualidade dos Serviços

- Validar o processo chave de admissão, acolhimento e gestão do contrato;
- Estruturar, definir e validar o processo chave de Plano Individual;
- Estruturar, definir e validar o processo chave de Planeamento e acompanhamento das atividades de desenvolvimento pessoal.
- Estruturar, definir e validar o processo chave de Nutrição e atividades instrumentais da vida quotidiana.
- Revisão e Validação do processo global de SGQ;
- Avaliação de eventual pedido de certificação de qualidade (balanço de custos/benefícios).

A organização e implementação da estratégia está assente nos seguintes vetores: estrutura organizacional; alinhamento e articulação entre serviços; desenvolvimento estratégico de Recursos Humanos; desenvolvimento de parcerias; desenvolvimento de novos projetos; controlo da Gestão e Qualidade; e programa de Implementação.



Incute-se, assim, uma rede organizacional num compromisso de liderança consubstanciada na partilha de responsabilidade e uma atuação onde se perspetiva o indivíduo ao longo da vida. O próprio “ciclo da vida” é imagem de marca da instituição, pelo que deve sempre ser salvaguardada a criação de respostas diversificadas de apoio, numa intervenção adequada desde a tenra idade até aos últimos cuidados em idades mais avançadas.

A Misericórdia é uma instituição onde o objeto de trabalho são as pessoas. É, assim, imprescindível melhorar continuamente as habilidades humanas de todos os elementos, particularmente em algumas áreas como sejam a motivação, a liderança, a comunicação, aspetos técnico-profissionais de geriatria e acompanhamento de crianças, através da formação/especialização, contribuindo para um crescendo de satisfação de todos os colaboradores.

Importa, também, avaliar o crescente peso dos recursos humanos na estrutura de custos da MSPS e a dificuldade de recrutamento sentida na área sénior, trabalhando a forma como divulgamos as ofertas de trabalho e tornamos os postos de trabalho atrativos para os potenciais candidatos.

Em termos de parcerias, é objetivo estratégico fazer parte ativa das comunidades locais, quer através de mecanismos formais (Rede social, protocolos institucionais ou outros), quer através de relacionamentos informais. Tal intervenção consubstancia o carácter participativo e interventivo da MSPS, enquanto organização de múltiplas respostas.

A MSPS deve ser capaz e competente, também, para garantir a sua crescente capacitação de abordagem a questões como o *empowerment* ou empoderamento dos utentes, a autodeterminação e o poder de decisão autorreguladora.

A operacionalização do programa de gestão revela-se, a par do plano e orçamento previsional anual, no planeamento de atividades anual submetido a apreciação e validação pela MA e, conseqüentemente, dos irmãos, colaboradores, utentes, voluntários, parceiros e demais entidades e organismos com os quais haja interligação na atuação corrente da MSPS.

Recolhe-se o contributo, direta ou indiretamente no desenho do programa, de todos os interessados, quer através das sugestões e avaliações que nos fazem chegar (caixa de sugestões; avaliação de satisfação; entre outros), quer porque são chamados a opinar acerca das atuações de futuro. O caminho passa também por incentivar a uma participação mais alargada.

O ano de 2020 foi, neste campo, ano de avaliação do plano estratégico para o triénio que termina (2018-2020), do qual, em termos gerais, apontamos os seguintes aspetos:

- Foi o segundo plano estratégico que a MSPS almejou (de forma mais estruturada e participada) e teve a coragem de implementar;

Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin of the page. There are several distinct marks, including what appears to be a large signature at the top, followed by several smaller initials and signatures, some of which are partially overlapping.

- Foi um guia estratégico de atuação institucional, envolvendo toda a instituição para objetivos comuns;
- Foi condicionado, essencialmente no último ano, pelo combate à pandemia de Covid-19, a qual mobilizou todos os recursos institucionais (humanos e materiais), condicionando em pleno os planos de atividades de gestão e anuais referentes a 2020 e o do próximo ano 2021;
- Conseguiu-se, em parte, atingir as metas preconizadas.

Avaliando, deste modo, as metas programadas para o período em referência, registamos um bom grau de execução (dados à data de 28/10/2020 – data de avaliação/fecho do plano), tal como podemos constatar no seguinte quadro.

Eixo	Objetivo Estratégico	Indicador	Metas			Resp.	Grau de Execução / Obs
			1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano		
Associativismo	Desenvolver condições atrativas de angariação de novos associados	Número de associados	730	740	750	Provedor	0% 658 Ativos / 2399 Total (Registamos um acréscimo de associados, contudo procedeu-se a limpeza de listagem – inativação de irmãos por falta de pagamento de quotas e/ou falecimento, o que anulou o incremento).
Sustentabilidade	Promover novas fontes de financiamento e a implementação de novos serviços / produtos	Percentagem de financiamento extra acordo de cooperação Número de novas vagas criadas na ERPI LI (acréscimo de capacidade)	>50% 5	>50% 0	>50% 0	Diretor-Geral	50,6% (inclui prestação de serviços) 0 (apresentada mas sem enquadramento face áreas dos quartos/legislação)
Pessoas e Serviços	Promover a qualificação da instituição e a Formação do capital humano	Grau de definição dos processos. Percentagem de colaboradores abrangidos por formação profissional.	Elevada – mais de 90% dos processos definidos >85%	Elevada – Todos os processos estruturados os para validação >90%	Total – todos os processos definidos >90%	Diretora Recursos Humanos	Média – 77% processos (10 em 13 estruturados) 134 (74%) – Vide impacto Covid-19.
Comunicação	Desenvolver estratégia de comunicação interna e externa (Plano global de comunicação integrada)	Grau de avaliação da satisfação dos stakeholders quanto à comunicação e imagem institucional	Elevado – superior a 85%	Elevado – superior a 87%	Elevado – superior a 90%	Diretores Técnicos	Elevado: 91% (Parceiros: 90%) (Concordância ou concordância total)
Inovação e Desenvolvimento	Desenvolver quadros teóricos de referência no âmbito da qualidade de vida dos utentes	Taxa de monitorização de PI – Planos Individuais / execução Número de atividades abertas à comunidade (internas e externas)	Elevado – superior a 70% >10/ano	Elevado – superior a 85% >12/ano	Elevado – superior a 90% >12/ano	Diretores Técnicos Assistente Social / Educadores de Infância	Elevado, 90% 40/ano (dados em 2019; 2020 fechado devido plano contingência Covid-19)

Em termos de número de associados, partimos com uma base de referência o ano de 2017, registando-se nos anos seguintes a uma “limpeza” da listagem de irmãos, entendida no sentido de inativação dos irmãos que, ao abrigo dos Estatutos da MSPS, tivessem os seus direitos cessados, seja por falecimento ou o não pagamento de quotas.

Este controlo anual previsto estatutariamente leva a uma atualização contínua dos ficheiros, a qual associada ao envelhecimento do corpo de “irmãos” da instituição, tem como consequência uma redução do número de irmãos ativos que não tem sido compensada com a campanha de angariação de novos irmãos. De facto, mesmo com todas as novas admissões registamos uma quebra do número de irmãos, registando-se, à data de avaliação do plano estratégico, um total de 658 irmãos ativos, ou seja, em pleno exercício dos seus direitos e deveres de irmão.

Por seu lado, continuamos a registar constrangimentos de tempo a nível da estruturação do sistema de gestão de qualidade, o que implicou que não se tivessem estruturado os processos estimados.

Ainda no campo das “Pessoas e Serviços” a percentagem de colaboradores abrangidos por formação profissional ficou aquém do estimado, atendendo à quebra e cancelamento das ações previstas para 2020, atendendo as limitações impostas pelo plano de contingência Covid-19.

A nível de sustentabilidade, registamos um financiamento da MSPS por fundos próprios (incluindo-se as prestações de serviços – comparticipações familiares) de praticamente 51%, contudo com a tendência de atualização, poderemos aumentar a percentagem de financiamento público via acordos de cooperação. Esta possibilidade é reforçada, também, pela possível redução das comparticipações familiares, principalmente na área de infância, atendendo às quebras de rendimento familiar estimadas nos anos de 2020 e 2021 dado o impacto das medidas nacionais de combate à Covid-19.

Não obstante o descrito anteriormente, salvaguardando o efeito do ano de 2020 (e os dados pendentes de registo na data de avaliação do plano estratégico), registamos uma forte participação de colaboradores em ações de formação profissional, bem como um incremento na definição e acompanhamento dos Planos Individuais de utentes e a disponibilização de um leque bastante alargado de atividades abertas à comunidade/familiares de utentes. Resultados a manter.

A 28 de outubro foi discutido em reunião de técnicos e proposto para aprovação da Mesa Administrativa o Plano Estratégico para o triénio 2021-2023, o qual foi aprovado em reunião de Mesa Administrativa de 08 de janeiro de 2021.

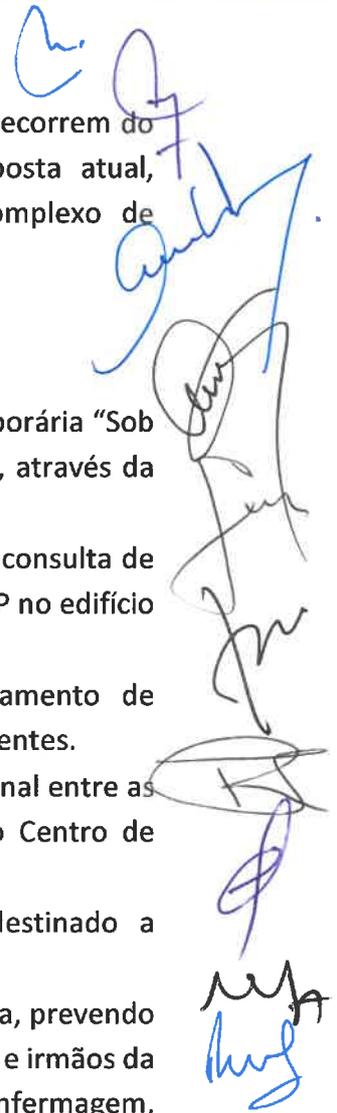
Documento divulgado/disponível de forma aberta na página internet institucional (www.mspsul.pt).

FACTOS RELEVANTES

Anotemos alguns factos relevantes assinalados no ano em análise e que decorrem do planeamento e prossecução dos objetivos traçados com vista à resposta atual, enquadrada face à legislação e exigências atuais em matéria do complexo de necessidades das gerações atuais.

1.º Trimestre

- Colaboramos com o Museu Nacional Grão Vasco na exposição temporária “Sob o Manto de Nossa Senhora – coleções de arte russa em Portugal”, através da cedência para a exposição de duas pinturas a óleo sobre tela.
- Decorrente da gestão de contratos em *outsourcing*, procedeu-se a consulta de mercado e contratualização da implementação do sistema de HACCP no edifício do Jardim.
- Procedeu-se a concurso para alteração de solução de equipamento de cópia/impressão central instalado na ERPI – Lar de Grandes Dependentes.
- Colaboramos e participamos no Encontro de Janeiras interinstitucional entre as várias IPSS do concelho, tendo este ocorrido a 15 de janeiro no Centro de Promoção Social - Carvalhais.
- Dinamizamos o workshop “Alimentação por sonda e Peg”, destinado a cuidadores formais e informais, a 23 de janeiro.
- Foi renovado o protocolo comercial com a Clipetrus – Policlínica, Lda, prevendo descontos comerciais para os colaboradores, corpos sociais, utentes e irmãos da Misericórdia, em tratamentos de fisioterapia, cuidados de enfermagem, ecografias, consultas médicas e tratamentos de medicina dentária.
- Promovemos a 21 de fevereiro o desfile de carnaval infantil, tendo-se associado a MUT e o Agrupamento de Escolas de S. Pedro do Sul à iniciativa.
- Colaboramos e participamos no Baile Interinstitucional de Carnaval entre as várias IPSS do concelho, tendo este ocorrido a 20 de fevereiro na ARCA – Santa Cruz da Trapa.
- Face à evolução pandémica do SARS-Cov-2 (coronavírus) – Covid-19, foi aprovado o Plano de Contingência interno a 05 de março (R1), implementando-se as primeiras restrições a visitas e acesso às instalações da Misericórdia. A 11 de março, procedeu-se à sua primeira revisão (R2).
- Encerramento à atividade presencial, por orientação da tutela/organismos oficiais, das respostas sociais de Centro de Dia, Creche, Pré-escolar e CATL, a 16 de março, no âmbito da estratégia nacional de combate à pandemia de Covid-19. Foram salvaguardados serviços mínimos em contexto domiciliário para os utentes do Centro de Dia e a orientação de atividades à distância nas valências de infância.

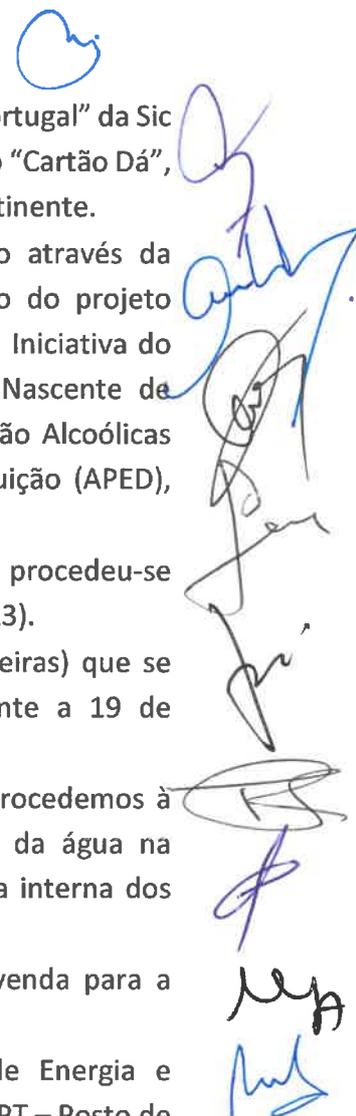


2.º Trimestre

- Entrada em Lay-off simplificado a 01 de abril, envolvendo 39 colaboradores da área de infância e Centro de Dia, considerando quer a suspensão do contrato de trabalho, quer a redução do horário de trabalho. Lay-off estendeu-se até 30 de abril.
- De acordo com novo conhecimento e orientações da DGS, procedeu-se à revisão do Plano de Contingência Covid-19 a 14 de abril (R3).
- Cedência de espaço do antigo hospital à Câmara Municipal para instalação de unidade de retaguarda e apoio à Covid-19.
- Fomos contemplados em abril pela iniciativa “Unidos por Portugal” da Sic Esperança, nomeadamente com material de proteção individual (máscaras e gel desinfetante).
 - Além de destinatários, colaboramos com o promotor na entrega dos materiais às restantes 46 IPSS contempladas do distrito de Viseu.
- Foi elaborado e aprovado o Plano de Desconfinamento no âmbito do Plano de Contingência Covid-19, a 13 de maio (R1), tendo o mesmo sofrido a primeira revisão a 28 de maio (R2).
- Consulta de mercado e estudo comparativo para a prestação de serviços de alimentação e gestão de cozinha, com atualização do plano de ementas e captações, associado à cozinha central – valências da área sénior.
- A 01 de maio iniciou-se a implementação generalizada de testes de rastreio à Covid-19 na Instituição.
- Integrou-se durante o mês de maio e adequando-se às datas de reabertura das respostas sociais, 24 colaboradores da área de infância e Centro de Dia na medida de “Apoio excecional à família para trabalhadores por conta de outrem (Covid-19)”.
- Concluiu-se a remodelação de um apartamento que detemos no edifício da R. de Anciães (Bloco II), em São Pedro do Sul, tendo-se colocado o mesmo no mercado de arrendamento em junho.
- Foi aprovada a candidatura ao PROCOOP apresentada em 2018 para a revisão do acordo de cooperação de SAD, tendo o novo acordo sido assinado a 30/06/2020, prevendo o alargamento de 30 para 40 utentes, com efeitos retroativos a 01 de abril, considerando 5 utentes a 85%; 15 a 100%; 5 a 125%; 5 a 130% e 10 a 145%.
- Assinalamos o dia do padroeiro não com a tradicional procissão entre a capela de S. António e a sede da Instituição, mas com uma celebração eucarística dinamizada na Capela de S. António e transmitida para a instituição.
- Reabertura das respostas sociais que se encontravam encerradas por resolução governativa, nomeadamente da Creche a 18 de maio, Pré-escolar a 01 de junho e CATL a 15 de junho.

3.º Trimestre

- Fomos contemplados em julho, ainda pela iniciativa “Unidos por Portugal” da Sic Esperança, desta feita em parceria com a Missão Continente, com o “Cartão Dá”, num *plafond* de 140€ para bens alimentares a ser utilizado no Continente.
- Em julho a Misericórdia foi eleita para receber o valor doado através da devolução de garrafas de bebidas em plástico (PET) no âmbito do projeto “Quando do velho se faz novo, todos ganham. Ganha o planeta.” Iniciativa do consórcio composto pela Associação de Águas Minerais e de Nascente de Portugal, pela Associação Portuguesa de bebidas Refrescantes Não Alcoólicas (PROBEB) e pela Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição (APED), sendo o local de recolha o Continente de Viseu.
- Atendendo a publicação de novas circulares e orientações da DGS, procedeu-se à revisão do Plano de Desconfinamento Covid-19 a 11 de agosto (R3).
- Reabertura da resposta social de Centro de Dia (Casa das Amoreiras) que se encontrava encerrada por resolução governativa, nomeadamente a 19 de agosto.
- Atendendo os fracos níveis de cloro na rede pública de água, procedemos à aplicação de sistema de estabilização e controle da qualidade da água na instituição, com a dosagem automática de cloro na rede de água interna dos edifícios da sede e Jardim.
- Assinamos a 26 de agosto o contrato promessa de compra e venda para a alienação do artigo urbano n.º 104 e 106 em Passos de Pinho.
- Submetemos requerimento junto da DGEG – Direção-geral de Energia e Geologia, para a ligação, em termos elétricos, do Centro de Dia ao PT – Posto de Transformação da Instituição.
- Apresentamos candidatura em 18 de setembro à tipologia “+CO3SO – Emprego e Empreendedorismo Social” do GAL ADDLAP (Portugal 2020), para apoio à criação líquida de emprego, 5 postos de trabalho, durante 36 meses, aguardando-se a respetiva análise.
- Apresentação de candidatura ao programa “Adaptar Social+” do ISS para a implementação de medidas preventivas e de combate à Covid-19.
 - Candidatura que obteve aprovação a 23 de setembro com um montante de financiamento de 7.992,24€
- Apresentação de candidatura à medida de “Incentivo extraordinário à normalização da atividade empresarial” do IEFP.
 - Candidatura que obteve aprovação a 27 de agosto com um montante de financiamento de 24.765€.



4.º Trimestre

- Foi apresentado em outubro requerimento à Câmara Municipal de São Pedro do Sul para a constituição de propriedade horizontal no Bloco II da R. de Anciães (artigo U 1826).
- Foi remetido a 20 de outubro documentos finais ao representante do cabeça de casal da herança de Maria Branca Santos (concretizada em 2019), nomeadamente associada a verba na Caixa Geral de Depósitos.
 - Esta aplicação financeira está tratada como um ativo contingente cuja movimentação só é possível de ser concretizada no exercício de 2021.
- Assinamos, a 15 de outubro, acordo de colaboração com o Centro Social da Freguesia de Valadares, ao abrigo das Cantinas Sociais, para o fornecimento de uma refeição diária num agregado familiar nesta freguesia, até 31 de dezembro.
- Atendendo a publicação de novas circulares da DGS/Entidade de tutela, procedeu-se à revisão do Plano de Contingência Covid-19 a 28 de outubro (R4).
- Colocação em novembro no mercado de arrendamento de loja detida no edifício das Finanças (Edifício A), no estado de usado e com autorização para que o novo inquilino procedesse a obras de beneficiação.
- Fomos contemplados a 17 de novembro com a “Campanha de natal da Staples”, em articulação com a SIC Esperança, para a atribuição de 2.000€ de material de escritório nas lojas Staples. Esta doação apenas se efetivará/executará no primeiro semestre de 2021.
- Apresentamos candidatura ao PARES 3.0, a 25 de novembro, para a remodelação da ERPI – Lar de Grandes Dependentes, com um investimento previsual de cerca de 1.200.000€.
- Procedeu-se à recomposição da Mesa da Assembleia Geral, por voto secreto, na Assembleia Geral de 30 de novembro, de acordo com o previsto nos Estatutos e atendendo o falecimento do anterior secretário deste órgão.
- Atendendo o incumprimento contratual da empresa Projeconstroj, Lda quanto à elaboração dos projetos técnicos/especialidade associados à ERPI – Lar de Grandes Dependentes, procedeu-se a nova adjudicação do serviço técnico para a apresentação dos projetos em referência.
 - Simultaneamente, iniciou-se juridicamente processo de pedido de indemnização compensatória à empresa anterior.
- Decorrente da gestão de contratos em *outsourcing*, procedeu-se a negociação e revisão contratual em baixa das comunicações móveis e fixas durante o mês de dezembro.

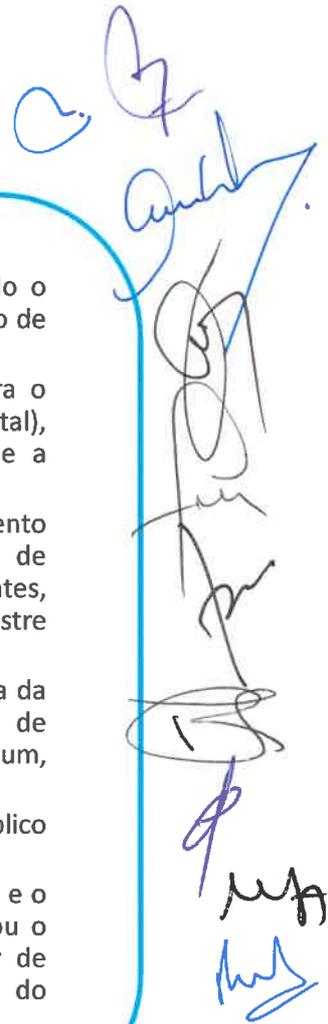
Conjugando estes factos relevantes com os objetivos traçados para o ano em questão, no respetivo Plano de Atividades de Gestão, fazemos o seguinte balanço.

No sector patrimonial, em termos de investimento

- Foi remodelado um apartamento, tendo-se colocado o mesmo para arrendamento e iniciou-se a remodelação de um segundo.
- Foram concluídos os projetos de especialidade para o Hotel Geriátrico (edifício do Antigo Hospital), encontrando-se os mesmos em análise camarária e a ultimar o processo de execução.
- Atendendo o constrangimento pelo incumprimento contratual, não foram concluídos os projetos de especialidade para a ERPI – Lar de Grandes Dependentes, transitando a conclusão destes para o primeiro trimestre de 2021.
- Atendendo as restrições orçamentais face à incerteza da evolução pandémica, não foi colocado o sistema de refrigeração na área administrativa/pública comum, transitando esta intenção para o orçamento de 2021.
- Não se procedeu ao lançamento do concurso público para as obras no Hotel Geriátrico.
- Atendendo as restrições orçamentais descritas acima e o atraso dos projetos de especialidade, não se renovou o sistema de aquecimento (climatização) na ERPI Lar de Grandes Dependentes, ficando este dependente do concurso/obras de remodelação a promover.

No sector patrimonial, em termos de desinvestimento

- Sem alienações incorridas no ano, contudo procedeu-se a contrato promessa de compra e venda para os artigos em ruínas U 104 e U 106 em Passos de Pinho.



Em termos de ações de natureza estratégica

- Iniciativas de diversificação do financiamento, promovendo o nosso projeto de mecenato e patrocínios, dentro do qual temos tido o respetivo reconhecimento e apoio de pessoas individuais e coletivas. Acresce, a este, a possibilidade de consignação fiscal por todos os contribuintes na altura da entrega da declaração de IRS.
- A qualificação e formação contínua do nosso capital humano, essencialmente através de ações de formação interna e/ou outras, na sua grande generalidade com o apoio de fornecedores e entidades parceiras, tendo resultado no ano num volume de 2.526 horas de formação, penalizado pela suspensão ou cancelamento de ações previstas.
- Não decorreram no ano candidaturas ao PROCOOP para as valências previstas, contudo foi aprovada a candidatura à revisão do acordo de SAD submetida em 2018.
- A esquematização e definição clara de processos de gestão, no âmbito de uma estruturação de sistema de gestão de qualidade interno, associando-se etapas de desmaterialização e plataforma informática de gestão.

Em termos de organização administrativa e financeira, apontamos ainda as seguintes notas:

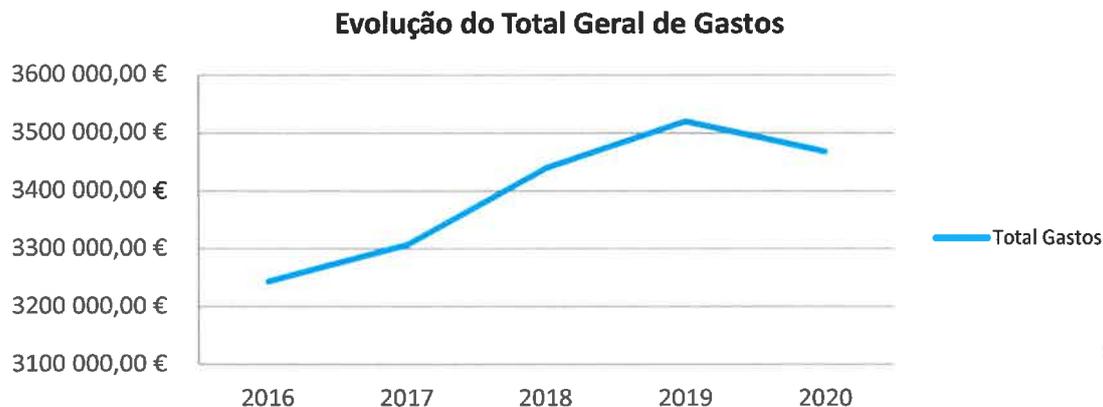
- Manutenção de um quadro estável de recursos humanos, tendo-se procedido ao recrutamento de acordo com as necessidades de reforço e/ou substituição de colaboradores, integrando no mesmo as direções técnicas, técnicos especializados e pessoal administrativo e auxiliar.
- Manutenção, em regime de prestação de serviços, do contrato estabelecido com o Contabilista Certificado (CC) e com o Revisor Oficial de Contas (ROC).
- Em termos de instituições bancárias de referência, manutenção da relação comercial com o Crédito Agrícola, Caixa Geral de Depósitos, Novo Banco, Millennium BCP e retoma com o Montepio, sem prejuízo de levantamento de condições comerciais junto de outras entidades.
- Reforço das iniciativas no âmbito da responsabilidade social, consignação fiscal, do mecenato e do patrocínio, para assegurar o apoio financeiro e/ou em espécie (bens/serviços) de modo a viabilizar a sustentabilidade da Instituição, enquadrando-se, por exemplo, iniciativas de angariação de fundos.
- Promoção de canais de informação e divulgação das atividades institucionais: página de internet, página de Facebook, placards informativos internos, revista "Caminho no Tempo", newsletters, notas de imprensa.

SÍNTESE DE INDICADORES

Congreguemos uma análise geral dos indicadores globais e a respetiva evolução nos últimos 5 anos.

1. Evolução do total de gastos

O volume de gastos correntes foi em 2020 de 3,47 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 1,47% face ao ano anterior.



Destacamos, ainda e devido ao seu forte impacto contabilístico, os seguintes indicadores: agravamento (já esperado no orçamento) dos gastos com o pessoal (2,35%), motivado pela atualização progressiva da RMMG – Retribuição Mínima Mensal Garantida e respetivos Encargos Sociais; agravamento dos encargos com FSE – Fornecimento de Serviços Externos (4,74%); a atenuação das depreciações e amortizações (-24,36%); e a retoma de outros gastos e perdas para níveis anteriores ao ano de 2019 (-58,10%), ano de aplicação de coima por parte da Segurança Social e Autoridade Tributária.

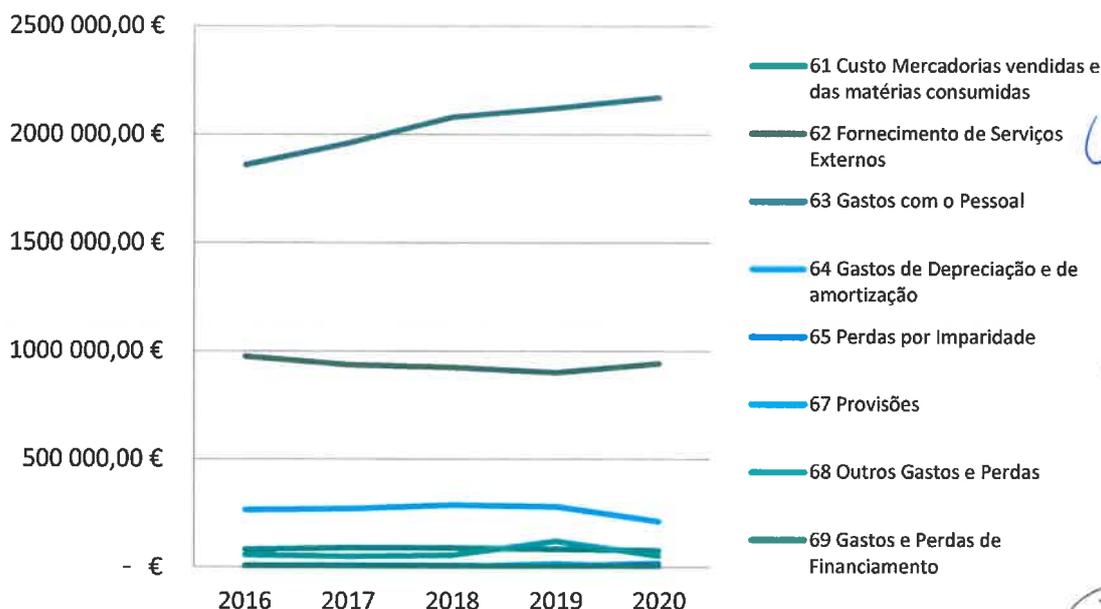
Reforce-se que, de forma geral, a estrutura de gastos está estável ou em decréscimo, sendo que o agravamento de gastos registado se prende essencialmente com a evolução dos encargos com pessoal e as despesas extraordinárias associadas ao material e equipamento de combate à Covid-19. De facto, neste período de 2016 a 2020, a RMMG passou de 530€ para 635€, com progressão mais acentuada de 2019 para 2020. Esta progressão representa uma subida de 19,81% cujo impacto está a equilibrar-se pela redução de outros gastos ou acréscimo de rendimentos. Por seu lado, o impacto das despesas de combate à Covid-19 (luvas, máscaras, termómetros, aventais, soluções desinfetantes, aventais, fatos, etc.) é, em termos relativos, de 70.832,99€ (custos que a nível de compras subiram 343% face aos 15.998,98€ registados em 2019).

Da totalidade dos gastos, os encargos com pessoal, em linha com o crescimento de 2020, têm também uma representação superior no total de custos (62,60%). Destaca-se, ainda

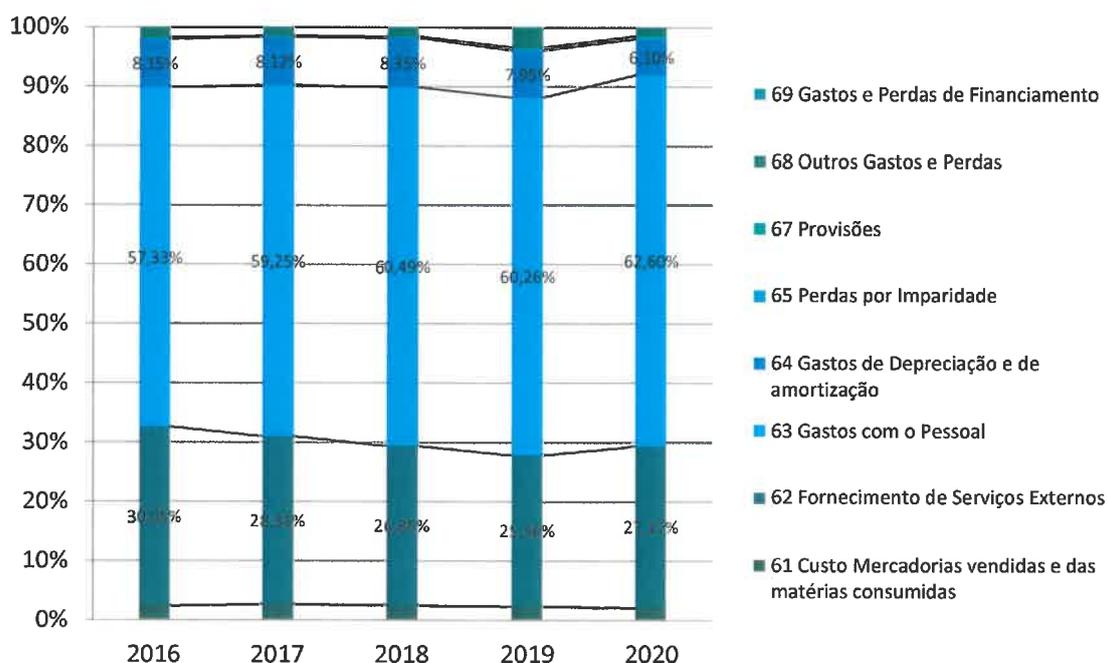
(Handwritten signatures and notes in blue ink)

e como grande rúbrica de gastos, o FSE – Fornecimento de Serviços Externos, cujo peso percentual também sobe para 27,17% no mesmo ano.

Evolução dos totais de Gastos por tipo



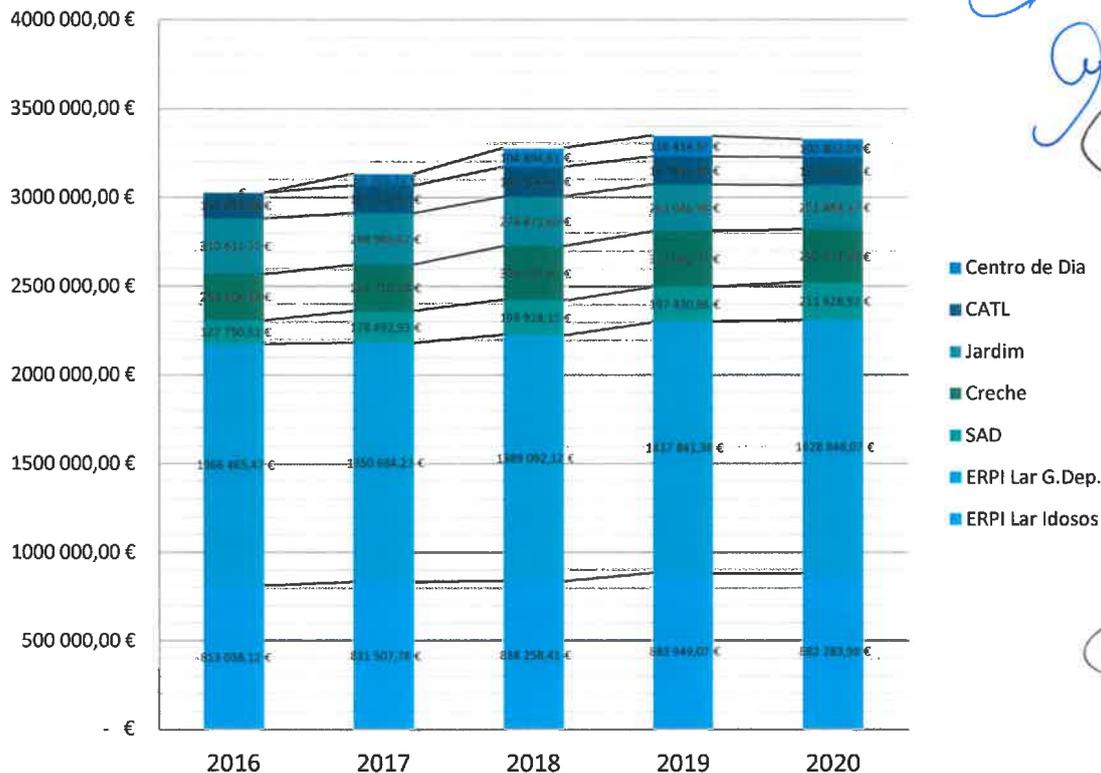
Evolução do Peso Percentual de Gastos e Perdas



A distribuição dos gastos por resposta social mantém um perfil semelhante aos anos anteriores, com a área sénior a representar 76% dos gastos (sobe 2 pontos percentuais) e cuja fatia maior corresponde à ERPI – Lar de Grandes Dependentes com 41% do total.

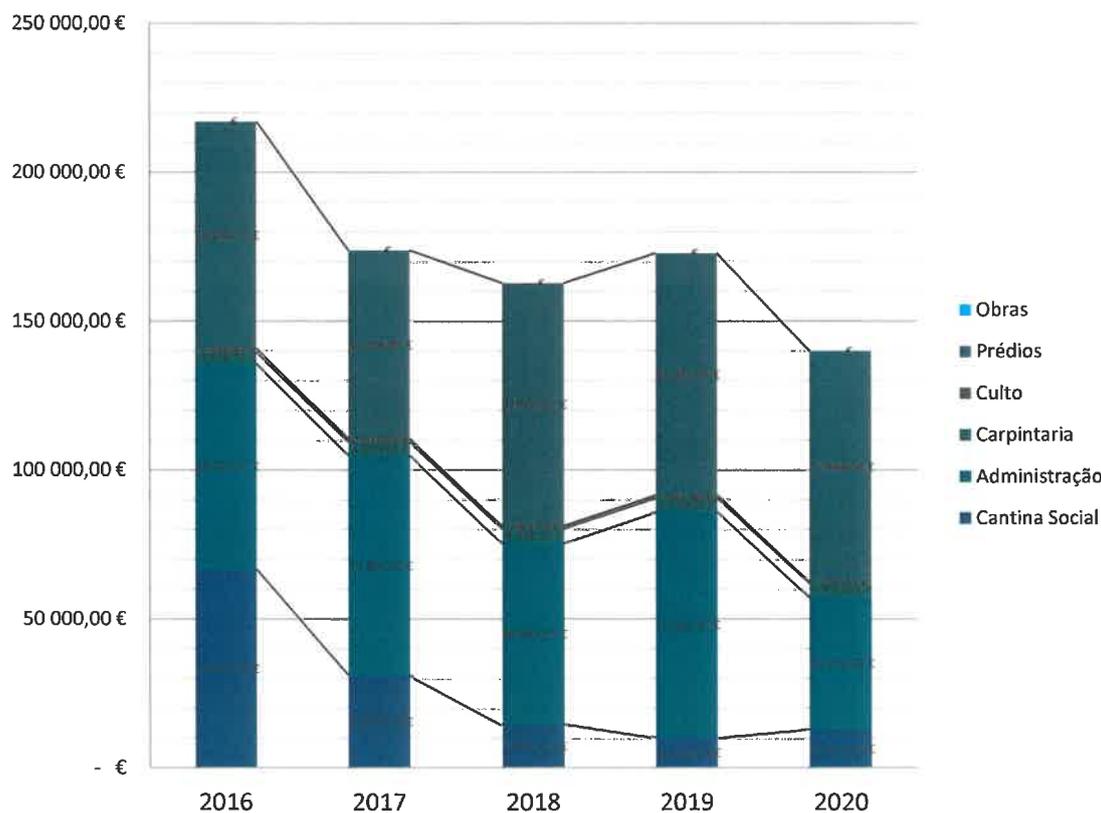
[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below it.]

Evolução do Total de Gastos por Valência - Respostas Sociais Tipificadas

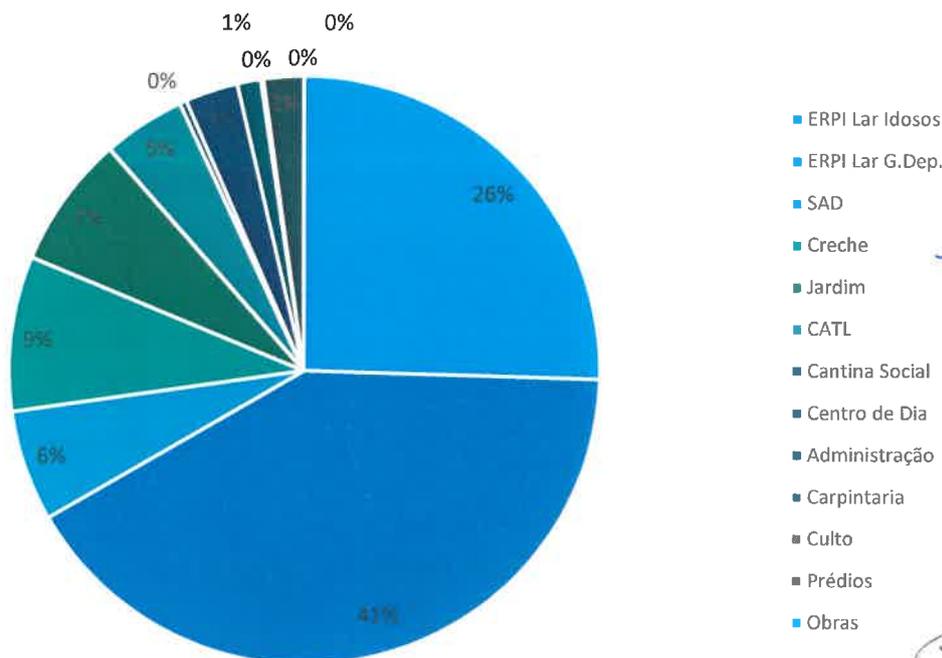


[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'C. G.', 'A. G.', and others.]

Evolução do Total de Gastos por Valência - outras áreas



Distribuição percentual dos Gastos por Resposta Social - 2020

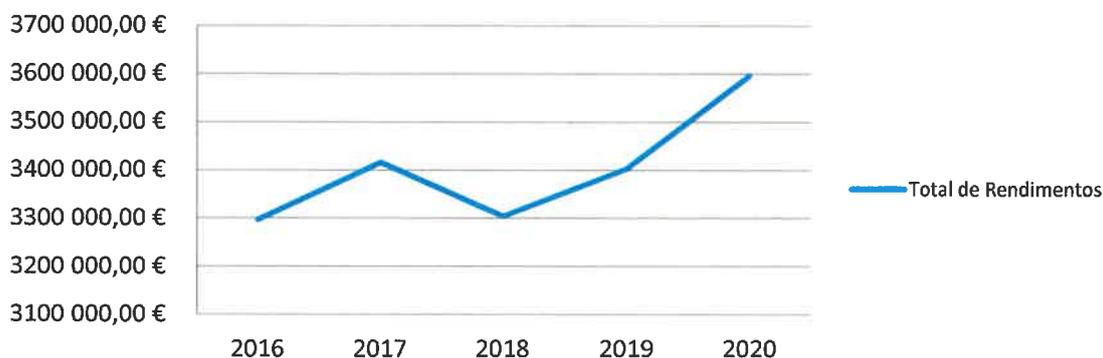


[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below.]

2. Evolução do total de rendimentos

Considerando, por seu lado, o outro prato da balança, os rendimentos, registamos um volume de receitas correntes de cerca de 3,6 milhões de euros em 2020, o que representa um acréscimo de 5,68% face ao ano anterior.

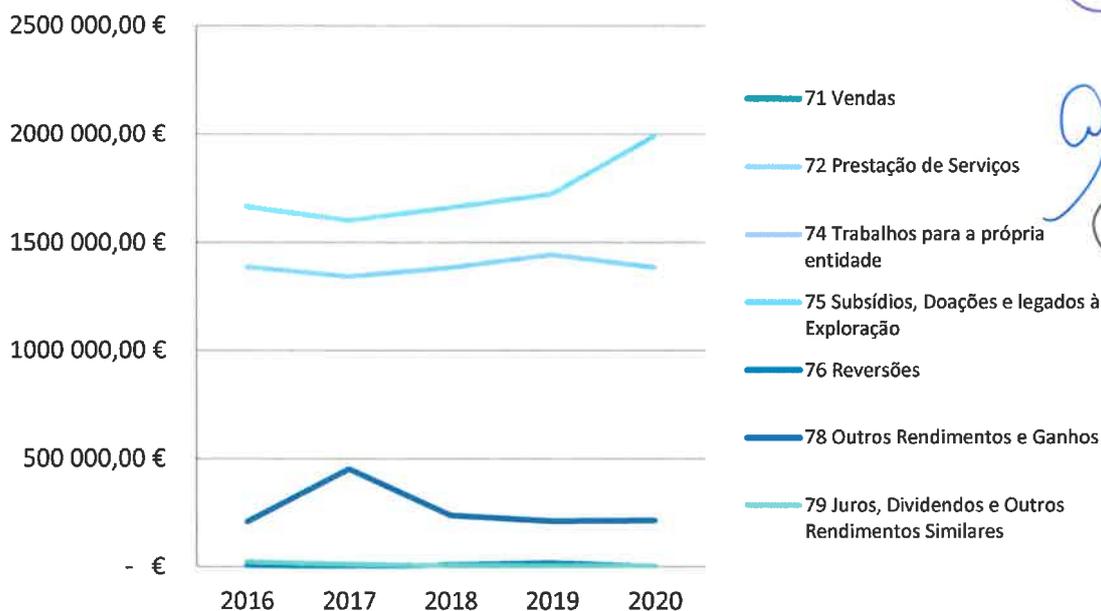
Evolução do Total Geral de Rendimentos



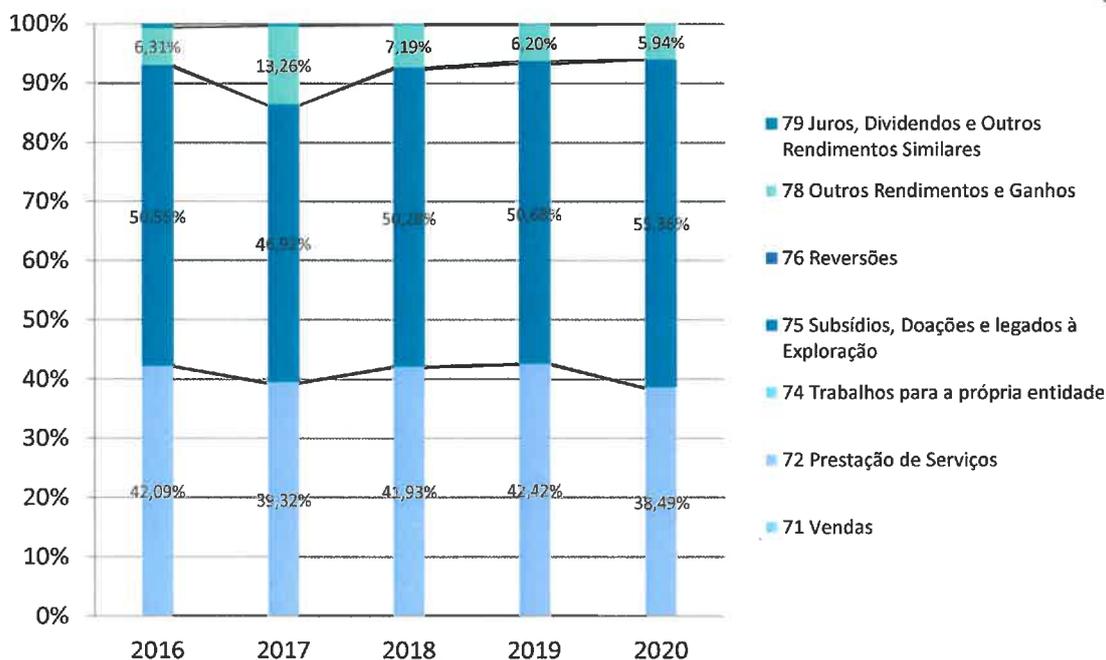
Discriminando a estrutura dos rendimentos, verificamos uma preponderância dos subsídios, doações e legados à exploração, em continuidade de processo de recuperação no ano de 2020, com uma quota de 55,36% do total de rendimentos no ano, o que representa um crescimento de 15,46% face ao ano anterior.

Segue-se a prestação de serviços (comparticipações diretas dos utentes/familiares), com 38,49% em 2020 traduzindo uma descida de 4,11% face ao ano anterior, justificável pelo encerramento temporário de valências por decisão da tutela (Combate à Covid-19).

Evolução dos totais de Rendimentos por tipo



Evolução do Peso Percentual de Rendimentos



Destaca-se ainda o ligeiro acréscimo de 1,21% nos “Outros rendimentos e ganhos”, incrementado pelo aumento das rendas (colocação de imóveis no mercado de arrendamento), bem como a redução de 20,39% dos “juros, dividendos e outros rendimentos similares”, penalizada pela descida contínua das taxas de juro, as quais, em termos absolutos, representam cerca de menos 19.534,23€ por comparação a 2016.

Nota genérica, ainda, para a evolução, dentro da rúbrica de “Subsídios, doações e legados à exploração”, à componente exclusiva dos subsídios do ISS (comparticipações ao abrigo dos acordos de cooperação – entidade de tutela). Esta registou um decréscimo

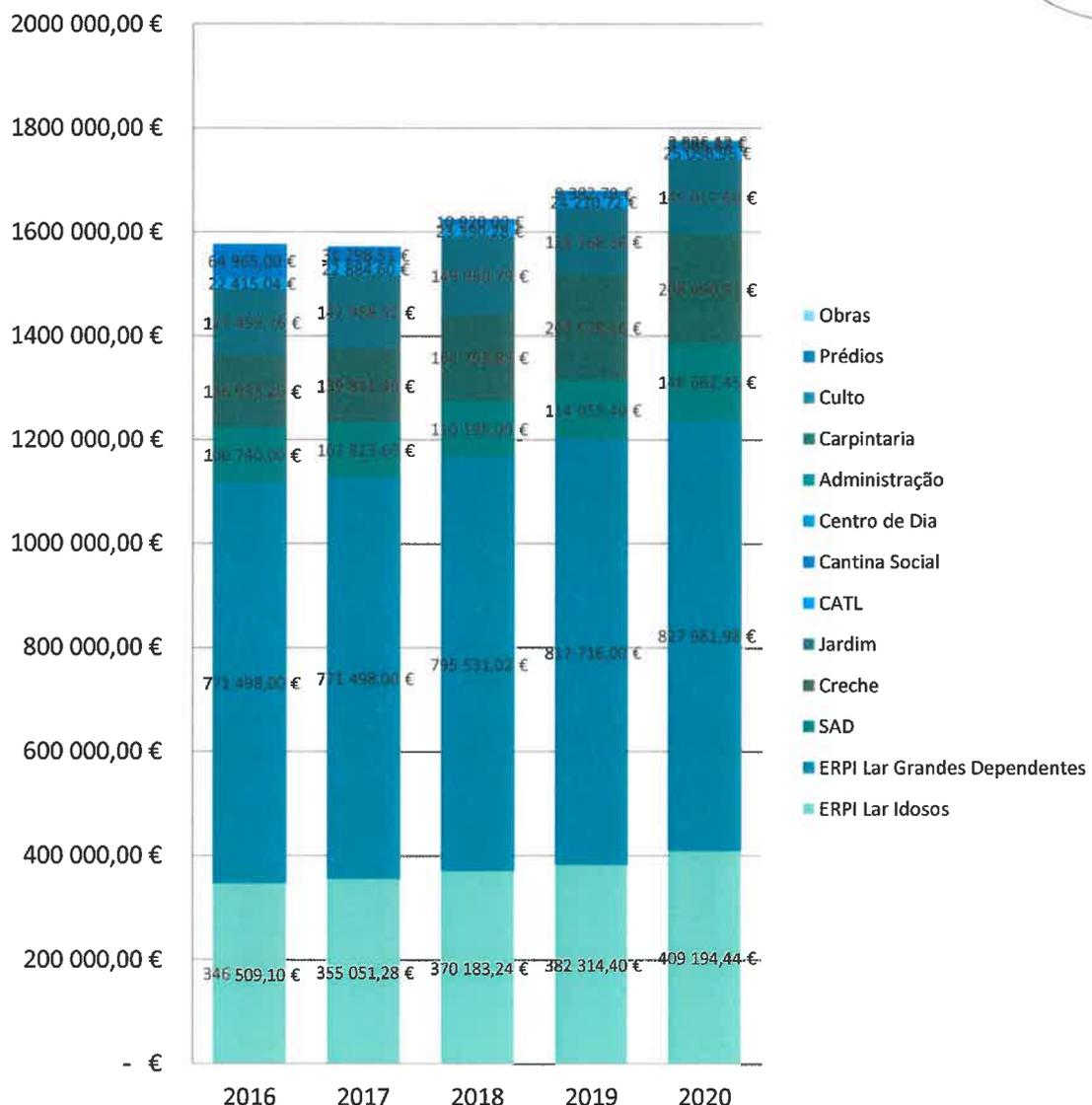
[Handwritten signatures and notes in blue ink, including a large signature and several smaller ones, some with arrows pointing to the charts.]

de 2016 para 2017, diretamente relacionado com a redução da abrangência da Cantina Social, seguindo-se, a partir deste ano, uma recuperação e subida destes rendimentos, em virtude do impacto da revisão do acordo de cooperação da creche (inclusão de mais 15 crianças em acordo); da atribuição do complemento por funcionamento em horário alargado também na creche; da revisão do acordo de cooperação de SAD (reestruturação das percentagens e inclusão de mais 10 utentes); e da atualização anual dos acordos de cooperação. Fatores que, conjugados, representam um acréscimo de 5,73% destes proveitos de 2019 para 2020.

Em termos de peso desta componente específica, por relação ao total de rendimentos, registamos uma estabilização em 2020, com uma fatia de 49,38% do total de rendimentos e um montante de 1.775.666,33€. Montante que contempla a componente de compensação salarial do Ministério da Educação no Pré-escolar, e o apoio de 3.996,12€ associado à candidatura ao programa "Adaptar Social+".

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'C.', 'A.', 'M.', 'N.A.', and 'A.'].

Evolução dos Subsídios do ISS (Comparticipações)



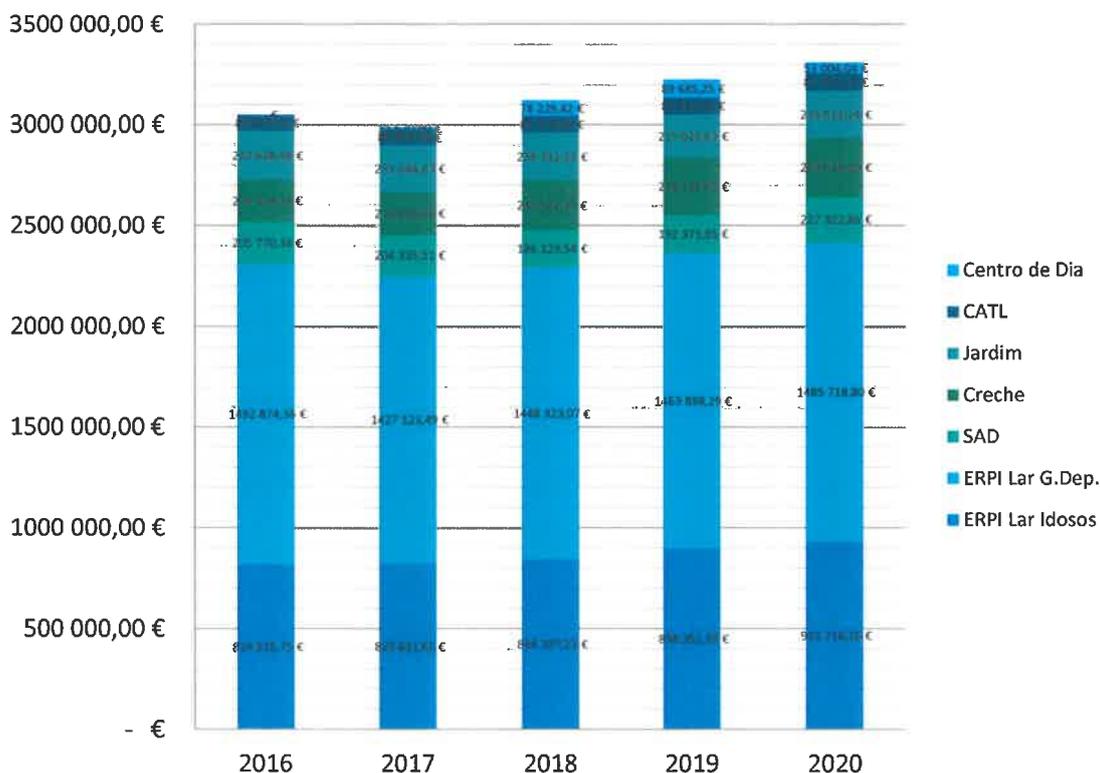
A distribuição dos rendimentos por resposta social mantém um perfil semelhante aos anos anteriores, com a área sénior a representar 75% dos rendimentos e cuja fatia maior, à semelhança da distribuição dos gastos, corresponde à ERPI – Lar de Grandes Dependentes com 41% do total.

Pela positiva, destaca-se um crescimento generalizado dos rendimentos nas respostas sociais tipificadas, destacando-se o crescimento de 18,17% dos rendimentos no SAD, na área sénior, face ao descrito já anteriormente; e, na área de infância, refira-se o crescimento de 9,06% dos rendimentos no Pré-escolar, essencialmente pela reposição do complemento educativo por parte do Ministério da Educação. Refira-se, também, o acréscimo de 163,17% de rendimentos na Administração, essencialmente com a concretização de ativo financeiro de herança que estava contingente em 2019; e o acréscimo de 11,7% nos prédios, decorrente do contrato promessa de compra e venda já referido e dos novos imóveis colocados em arrendamento em finais de 2019 e 2020.

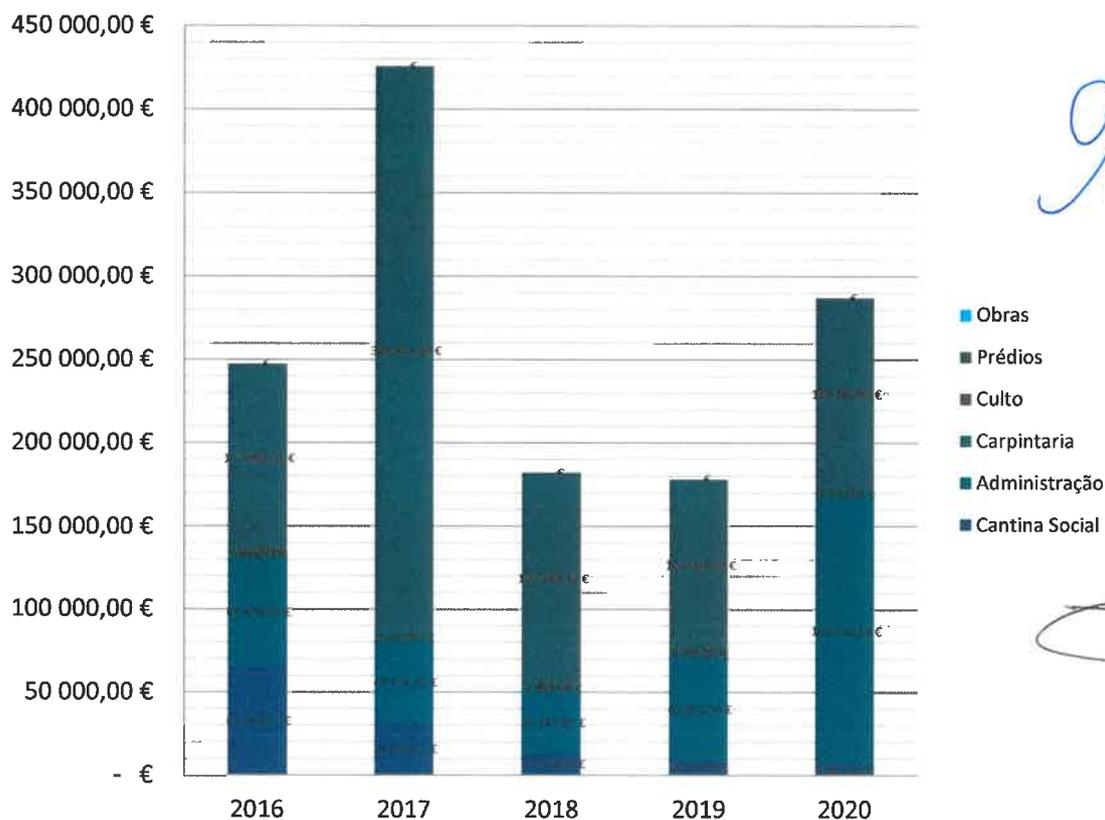
Pela negativa, também de acordo com o já descrito (longo período de encerramento no ano por decisão governativa face à pandemia Covid-19), temos uma redução de 40,09% no Centro de Dia, o que prejudicou substancialmente a consolidação desta resposta social. Refira-se, ainda, a redução de 24,61% dos proveitos da Cantina Social, essencialmente pelo atraso dos pagamentos associados ao POAPMC (programa de apoio alimentar).

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'Ana', 'Maf', and 'Amy']

Evolução do Total de Rendimentos por Valência - Respostas Sociais Tipificadas

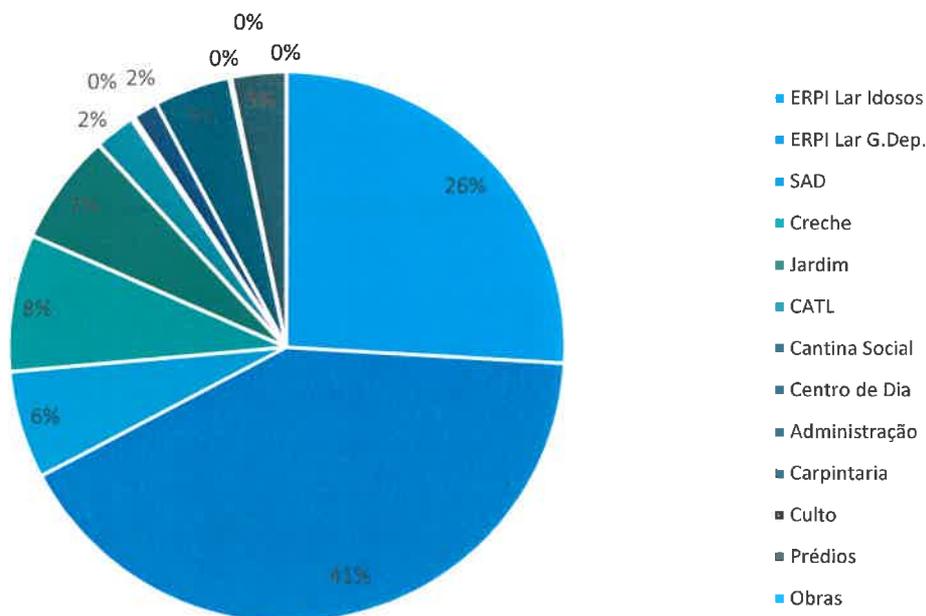


Evolução do Total de Rendimentos por Valência - Outras áreas



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below.

Distribuição percentual dos Rendimentos por Resposta Social - 2020



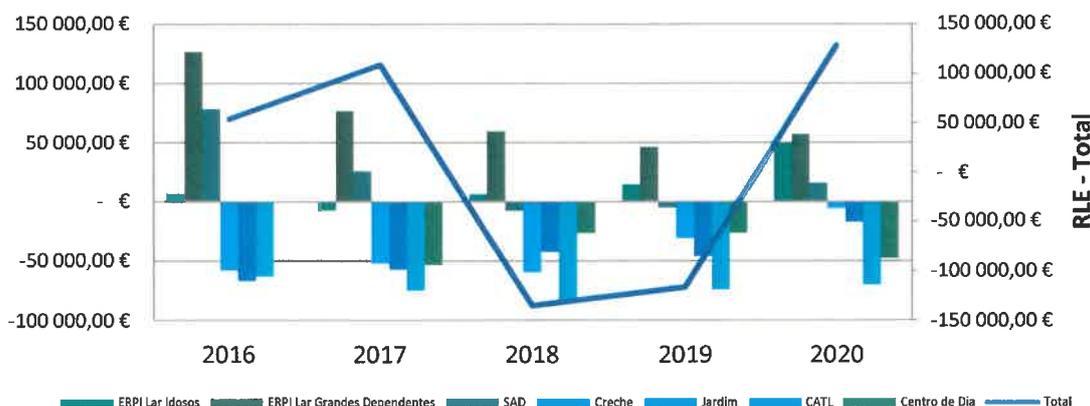
3. Evolução do resultado líquido do exercício

Ponderando a evolução global dos gastos e rendimentos, registamos uma base histórica no período 2016-2020 de rendimentos superiores aos gastos, refletindo resultados globais líquidos de exercício positivos, à exceção dos anos 2018/19, pelo que finalizamos 2020, atendendo a redução sustentada das alienações desde 2017 (RL dos prédios caiu 86,49% desde esse ano) e o acréscimo de gastos com recursos humanos (subiram 10,78% no mesmo período), com um resultado líquido do exercício positivo de 128.314,82€.

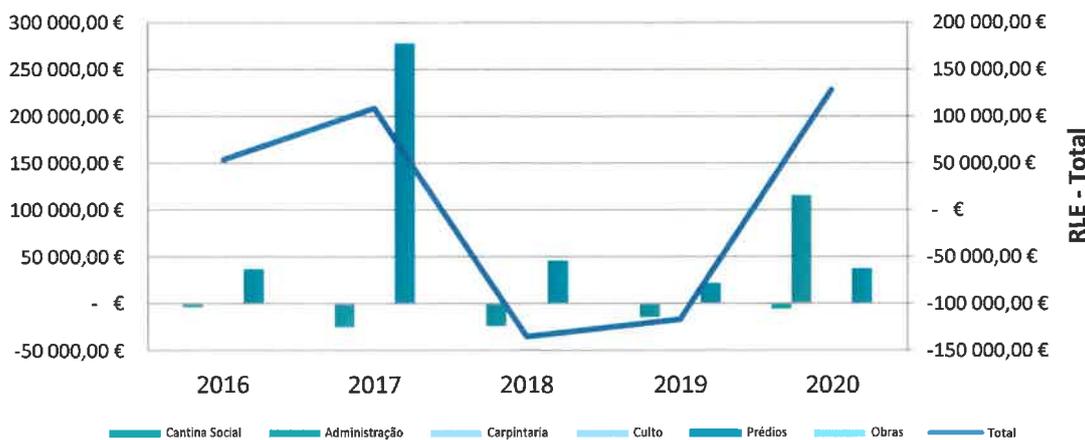
Destacamos, ainda, que para este resultado contribui um desempenho de recuperação generalizada das várias valências, excetuando-se o Centro de Dia fruto dos condicionalismos inerentes: inexistência de acordo de cooperação e encerramento prolongado face à Covid-19. Particularizando, destacamos o impacto positivo contínuo das iniciativas de gestão adotadas desde 2017 na área de infância, as quais continuam a refletir um caminho de recuperação e estabilização (em 2020 registou uma recuperação de 38,24%, tendo-se terminado o ano com um resultado de 93 mil euros de prejuízo (recuperação de 57.749,24€ face a 2019), o melhor resultado do período.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a circled '3' and several illegible signatures.

Evolução do Resultado Líquido do Exercício - Respostas Sociais Tipificadas

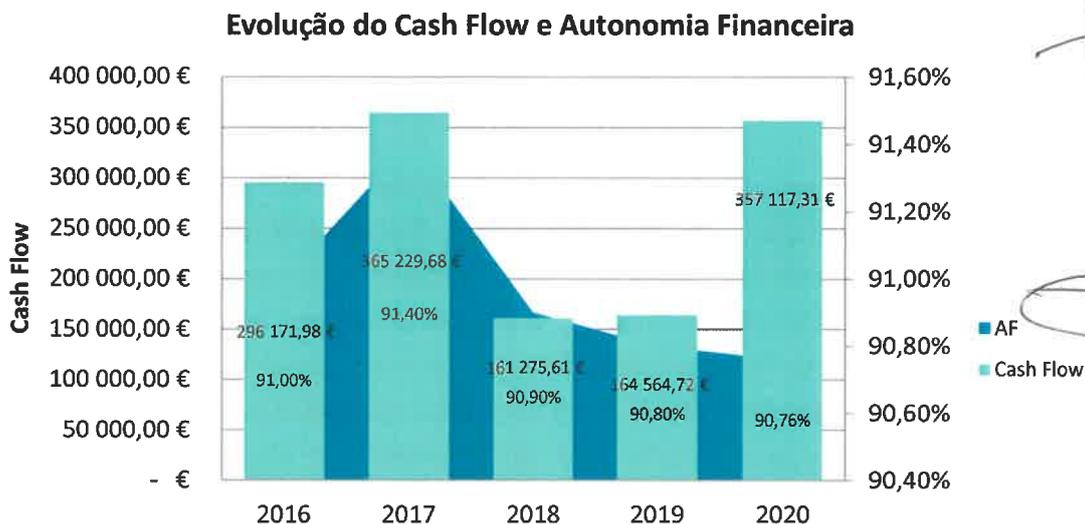


Evolução do Resultado Líquido do Exercício - Outras áreas



Anulando-se o efeito das depreciações e amortizações, que continuam em queda (desceram 24,36% em 2020), o resultado líquido passaria para valores na ordem dos 340 mil euros, o que reflete também o seu peso, atualmente de 6,10%, no total de gastos e, conseqüentemente, o seu contributo para o resultado líquido anual.

Por esta ordem de razão, com a redução dos gastos (mesmo com o agravamento de algumas rúbricas) e a compensação dos rendimentos, registamos uma subida do excedente financeiro líquido da atividade (*cash flow*) para 357.117,31€. Mais 117,01% que o registado em 2019.



Obs.: A partir de 2018 passou também a considerar-se as variações de provisões/imparidades no cálculo do Cash Flow (CF=Resultados antes de impostos + depreciações + variação provisões + variação imparidades).

Situação análoga à autonomia financeira (determinação da proporção dos ativos que são financiados com capital próprio) que se mantem em valores estáveis e superiores a 90%.

Indicadores que, não obstante a cautela que se deve ter face ao resultado líquido e à necessidade de medidas de recuperação de algumas valências, a par do impacto na economia nacional que as medidas de combate à pandemia Covid-19 poderá trazer por associação, revelam uma boa estabilidade financeira desta Misericórdia.

Reforça-se que, a nível da infância, não obstante o resultado líquido do exercício se cifrar em valores negativos nas várias respostas sociais que integram esta área, não se descurou os investimentos necessários em termos de manutenção do edificado e aquisição de equipamento de suporte a todas as dinâmicas pedagógicas. Apesar da contenção de custos, continuamos a reforçar a nossa posição de prestação de um serviço de qualidade e propiciador de uma socialização e aprendizagem reconhecida pelos pais e encarregados de educação que nos depositam a confiança de cuidar dos seus educandos.

Reconhecemos, apesar dos resultados financeiros, que somos uma das poucas respostas na área de infância no concelho/região a nível da creche e pré-escolar a funcionar em horário alargado. Por sua vez, a nível do CATL, já há respostas à necessidade de ocupação dos tempos livres das crianças nos períodos de férias escolares e pós horário letivo durante o período letivo, promovidas pelo Município, o que poderá significar uma preocupação adicional de sustentabilidade desta resposta.

Reforçamos que, de facto, a par do desinvestimento flagrante da tutela nas respostas sociais de CATL a nível nacional, incrementando-se pelo Município a componente de apoio à família, de forma alargada, no polo escolar de São Pedro do Sul e com regras de funcionamento totalmente dispare das associadas aos CATL e respetivas condições financeiras de frequência, eventualmente poderemos vir a assistir a um decréscimo de utilizadores do CATL, pelo que poderá ter que se ponderar o seu encerramento.

Ainda na área de infância, reiteramos a importância de recordar e apontar a estrutura económica da nossa região e, conseqüentemente, dos agregados familiares enquanto detentores de baixo poder económico, o que leva obrigatoriamente, face às regras de cálculo das comparticipações familiares, a comparticipações baixas. Esta realidade, conjugada com o peso da estrutura de gastos com recursos humanos obrigatório na área e a par do défice de cobertura dos acordos de cooperação neste setor (já diminuído por via da revisão do acordo da creche mas ainda patente no pré-escolar e CATL), são indicador claro de que é uma área de atuação estruturalmente deficitária.

A estes indicadores acrescem condicionalismos internos que agravam a estrutura de custos. Refira-se nomeadamente o CATL cujo corpo técnico tem habilitações / categoria profissional superior à exigida na regulamentação específica desta resposta social, o que por si só, condiciona a recuperação/a situação financeira da resposta em questão.

Tendo-se assim a noção clara dos condicionalismos estruturais da área de infância, impera a nossa obrigação moral de atuação social, tendo, contudo, em conta sempre um não comprometimento da atuação global da instituição.

Esta premissa obriga-nos a estar atentos ao evoluir dos indicadores concelhios; a continuar a preconizar as medidas de controlo e estabilização dos resultados nesta área (como referido, os menos gravosos e em recuperação contínua nos últimos 5 anos); e a tomar decisões ponderadas mas atempadas caso os condicionalismos estruturais se agravem sem termos possibilidade de os compensar devidamente.

Face ao resultado do exercício global, devemos, de igual forma, continuar a manter medidas de controlo/redução dos gastos em vigor e a reforçar as medidas de obtenção de rendimentos, tentando mobilizar de forma mais alargada os irmãos da MSPS e a comunidade nas iniciativas de angariação de fundos e campanhas de mecenato.

4. Grandes Números da Atividade da MSPS

Toda a atividade económica está assente nos seus clientes, utentes, beneficiários. Neste sentido, esta Misericórdia tem cobertura regional, apoiando cerca de 600 beneficiários. Desde a sua instituição no ano de 1875 (Primeiros Estatutos) tem alargado a sua atuação e o número de utentes, conferindo-lhe o seu estatuto o reconhecimento enquanto entidade da economia social, nos termos da respetiva lei de bases, e natureza de Pessoa Coletiva de Utilidade Pública.

Numa relação direta com o total de utentes em respostas sociais tipificadas, verificamos uma subida do número de utentes em acordo de cooperação em 2018, com a revisão do acordo de cooperação da Creche em mais 15 crianças abrangidas e, em 2020, com a revisão do acordo de cooperação do SAD em mais 10 utentes.

Em termos de frequência, a oscilação tem sido mínima, tendo apenas sido verificada redução global em 2017, compensada em parte com a abertura do Centro de Dia e posterior recuperação em 2018 e 2019 e nova redução em 2020, motivada pelo encerramento temporário das respostas da área de infância e do Centro de Dia.



Obs.: Apenas respostas sociais tipificadas (ERPI's, SAD, CD, Creche, Pré-escolar e CATL).

Atendendo à organização por resposta social, temos a seguinte informação média mensal em 2020, na área sénior:

Indicador	SAD	Centro de Dia	ERPI – Casa da Quinta (Lar de Idosos)	ERPI – Lar de Grandes Dependentes
Capacidade	60	30	75	78
Frequência	45	20	75	78
Utentes em Acordo de Cooperação	40	0	75	78
Utentes fora do acordo de cooperação	5	20	0	0

Ainda no mesmo ano e na área de infância:

Indicador	Creche	Pré-escolar	CATL
Capacidade	76	100	60
Frequência	67	63	60
Utentes em Acordo de Cooperação	60	61	43
Observações	2 Bercários; 2 Salas de 1 ano; 2 Salas de 2 anos.	3 salas (1 sala 3 anos; 1 sala 4 anos; 1 sala 5 anos).	----
Utentes fora do acordo de cooperação	7	2	17

No cômputo destas respostas sociais tipificadas abrangemos menos 3,77% de utentes que em 2019, num total de 408 utentes (218 na área sénior e 190 na área de infância), dos quais 51 não estão abrangidos por acordo de cooperação.

Refira-se que em virtude dos acordos de ERPI serem antigos, estes abrangem a totalidade da capacidade atual das respostas em referência. Destaca-se, também, a atribuição de 10 vagas reservadas à Segurança Social / Centro Distrital de Viseu na ERPI Casa da Quinta e de 8 na ERPI Lar de Grandes Dependentes.

Nota final também para o facto de o acordo de ERPI Lar de Grandes Dependentes ser um acordo atípico, o que ao abrigo do Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário, negociado entre as entidades de tutela (Ministérios da Educação, do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e da Saúde) e as entidades representativas do setor social (UMP – União das Misericórdias Portuguesas, CNIS – Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade Social e a UM – União das Mutualidades Portuguesas), estes tipos de acordo de cooperação deverão ser convertidos gradualmente em acordos típicos.

No âmbito das respostas sociais não tipificadas, registamos a seguinte informação média em 2020:

Indicador	Cantina Social	PO APMC	Horta Comunitária	BAT
Compromisso	10 refeições diárias	48 beneficiários	----	----
Beneficiários	12 agregados familiares (14 pessoas)	92	37	46
Observações	Servidas em média 14 refeições diárias	43 agregados familiares (revisito de 37 para 48 beneficiários em 2020)	Apoio técnico do projeto "Terras S. Pedro"	

À exceção do PO APMC e da Cantina Social (acordo até final de 2021 e em mudança de paradigma e transição para o PO APMC), em que há apoio financeiro à sua execução, se bem que parco, a Horta Comunitária e o BAT – Banco de Ajudas Técnicas têm sido disponibilizados com suporte financeiro próprio da Instituição.

Destacamos, nesta linha de apoio e face a 2019, o acréscimo de 130% dos beneficiários de apoio alimentar em 2020, mais pormenorizado no capítulo “Mitigação da pandemia Covid-19”.

A nível do BAT, temos cedidas por todo o concelho de São Pedro do Sul, 32 camas articuladas, 6 cadeiras de rodas, 4 andarilhos, 3 cadeiras de banho e 1 par de muletas.

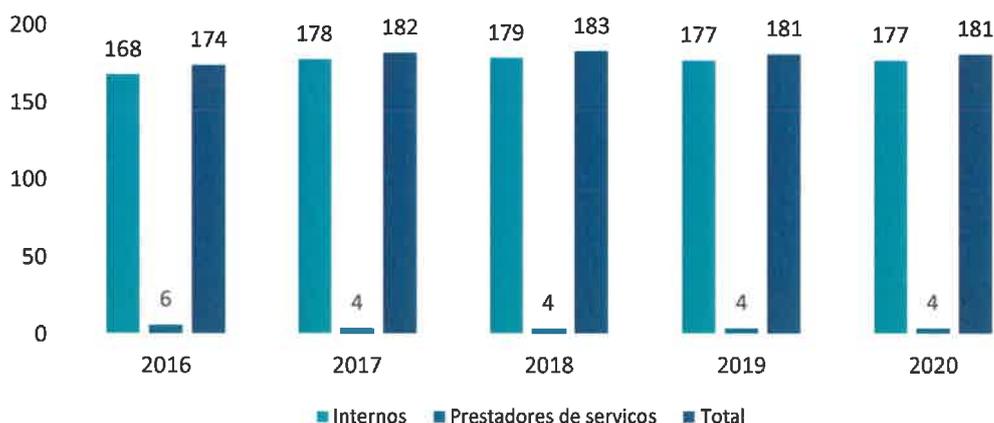
Em termos de indicadores associados aos Recursos Humanos, registamos uma estabilização desde 2017, em números absolutos, numa média de 182 colaboradores, sendo que, nestes indicadores não são considerados os Órgãos Sociais e a nível dos prestadores de serviços, apenas os com contrato de prestação de serviços individual (canalizador, médicas e capelão).

Também não são considerados os colaboradores com ausências superiores a 30 dias, nomeadamente por motivo de licença sem vencimento e baixa prolongada (3), atendendo a que nestas situações, dada a natureza da atividade da MSPS, em regra, há lugar à substituição temporária do posto de trabalho.

Em 2020 registamos um número médio mensal de 181 colaboradores (Internos e externos) ou, considerando apenas os internos, de 177 colaboradores, dos quais 88% (159) têm contrato de trabalho sem termo, ou seja, estão nos quadros da MSPS.

Os restantes, 10% (18) estão com contrato de trabalho a termo, na sua generalidade estão com o primeiro contrato e em substituição de colaboradores que se reformaram ou se encontram ausentes. Os restantes 2% (4) correspondem aos prestadores de serviços.

Evolução do n.º de colaboradores



Se associarmos a evolução do quadro de colaboradores e a evolução dos encargos com pessoal (incluindo todos os encargos de remuneração e encargos sociais), verificamos uma subida do rácio gastos de pessoal/colaborador para o montante de 12.264,88€ por colaborador em 2020, mais 2,35% face ao ano anterior.

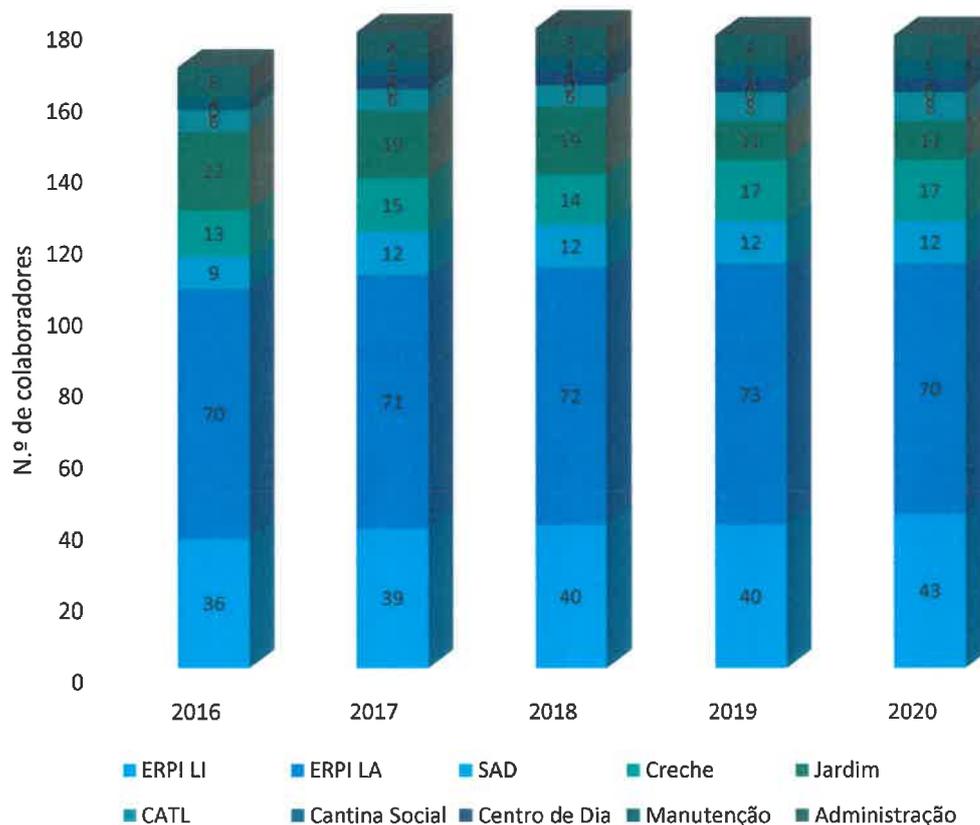
Evolução do rácio gasto/colaborador



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Em termos da estrutura por resposta social, esta tem estado equiparada, prevalecendo o peso das ERPI e uma manutenção no cômputo das respostas da área de infância.

Evolução dos Colaboradores Internos por Resposta Social



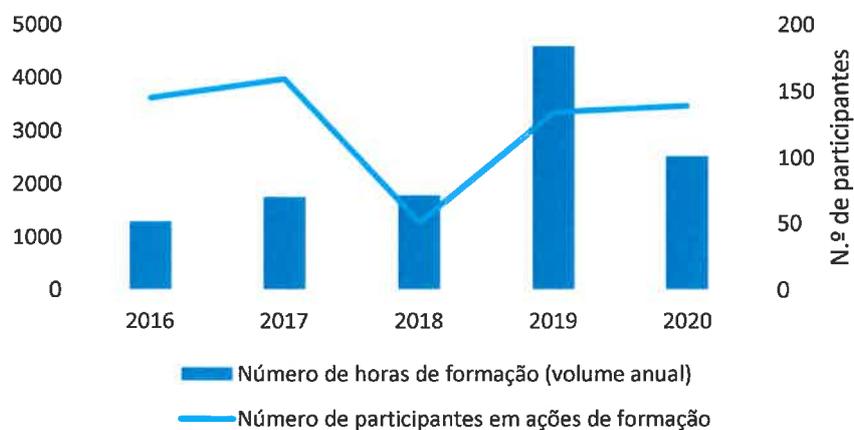
[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Na manutenção estão incluídos colaboradores das obras e manutenção cuja imputação de custo é feita parcialmente a cada resposta social. Na administração inclui-se pessoal de secretaria, recursos humanos, direção.

Notã final para a qualificação do pessoal, na qual se tem apostado, não obstante neste último ano nos termos visto obrigados a suspender e/ou cancelar uma série de ações programadas, em virtude das restrições nacionais de combate à Covid-19 que inviabilizaram a formação presencial. Nestes termos, conclui-se o ano de 2020 com um volume de 2.526 horas de formação e 139 colaboradores envolvidos (média de 18 horas por participante).

Face ao ano anterior, registamos uma ligeira subida do número de colaboradores participantes em ações de formação (mais 4% e a que corresponde 5 colaboradores) e uma redução significativa do número de horas de formação por participante (47%).

Evolução do número de horas de formação anual



5. Mitigação da Pandemia de Covid-19

Atendendo o impacto direto e indireto que a pandemia Covid-19 implicou nas rotinas diárias em contexto pessoal e institucional, a par do impacto social, económico e de saúde neste último ano, não podemos deixar de anotar alguns aspetos que o combate a esta doença implicou na gestão e funcionamento da instituição.

Começamos pelo impacto inicial, em fevereiro e março de 2020, com muita apreensão e desconhecimento público da dimensão e melhor adequação das estratégias a nível nacional, reflexo, muitas vezes, na receção de orientações e informação contraditória. A instituição, à semelhança de muitas outras, viu-se obrigada a elaborar um plano de contingência, a adaptar as infraestruturas e a rever toda a cadeia de abastecimento de

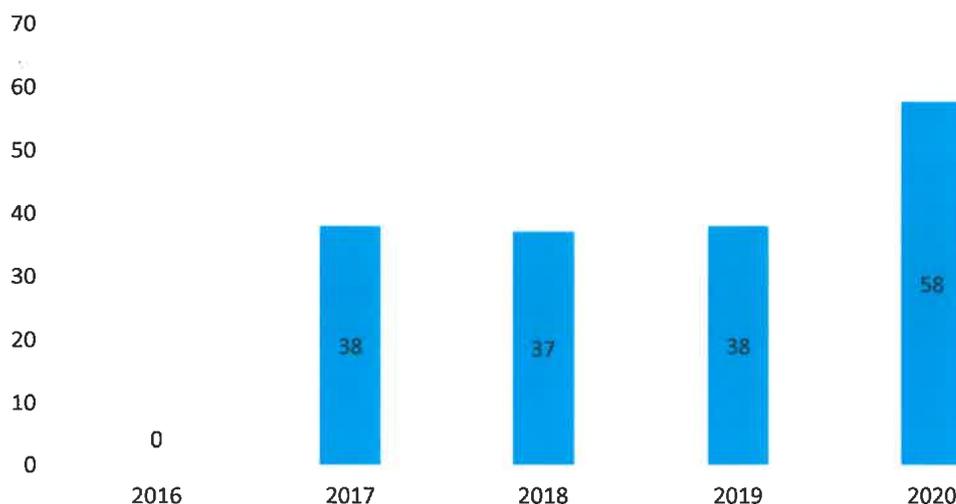
materiais e equipamento, para evitar a rutura dos mesmos caso se verificasse o pior dos cenários.

Não obstante assinalamos os seguintes marcos de atuação e gestão:

- Aprovação do Plano de contingência Covid-19 pela Mesa Administrativa a 05 de Março, tendo o mesmo sido revisto ao longo do ano consoante a informação técnica disponível sobre a pandemia.
- Aprovação do Plano de desconfinamento Covid-19 pela Mesa Administrativa em 13 de maio, o qual, à semelhança do plano de contingência, também foi revisto ao longo do ano consoante a informação técnica disponível.
- Fomos obrigados a encerrar serviços, por resolução do Conselho de Ministros, nomeadamente as respostas sociais da área de infância e o Centro de Dia. Respostas que se encontraram encerradas durante períodos significativos do ano.
- Foram canceladas atividades socioculturais gerais e de participação comunitária e/ou interinstitucional.
- Foram registados períodos de proibição de visitas aos utentes das ERPI.
- Foram implementadas estratégias de contenção e compartimentação de espaços, para evitar cruzamento de utentes e equipas afetas a alas funcionais dos vários equipamentos sociais.
- Reforçamos compras de equipamentos e materiais de consumo diretamente associados à proteção individual, higienização e desinfeção (luvas, máscaras, termómetros, aventais, soluções desinfetantes, fatos, etc.), tendo a sua compra/uso em 2020 representado um acréscimo de 343% face aos valores de 2019 (compras passaram de 15.998,98€ para 70.832,99€).
- Foram aplicados de forma geral e em articulação com a autoridade de saúde local, sempre que justificável, testes rápidos e PCR, procedendo-se a rastreio regular dos colaboradores das ERPI, nomeadamente via Segurança Social.
- Registamos a colaboração e apoio de parceiros locais e individuais, com contributo de material ou outros bens, aos quais aqui, sem indicação nominal, perpetuamos o nosso obrigado.
- Por seu lado, também colaboramos com instituições e organismos locais, regionais e nacionais na partilha de recursos ou auxílio à distribuição de equipamentos de proteção e desinfeção.

Um outro campo que queremos deixar nota, prende-se com o apoio alimentar, no qual se manteve a linha e abrangência das Cantinas Sociais (entrega de refeições confeccionadas) em 14 beneficiários, contudo registou-se um crescimento de 130% nos beneficiários do PO APMC face a 2019, com especial agravamento a partir de junho de 2020.

Evolução da média anual de beneficiários PO APMC

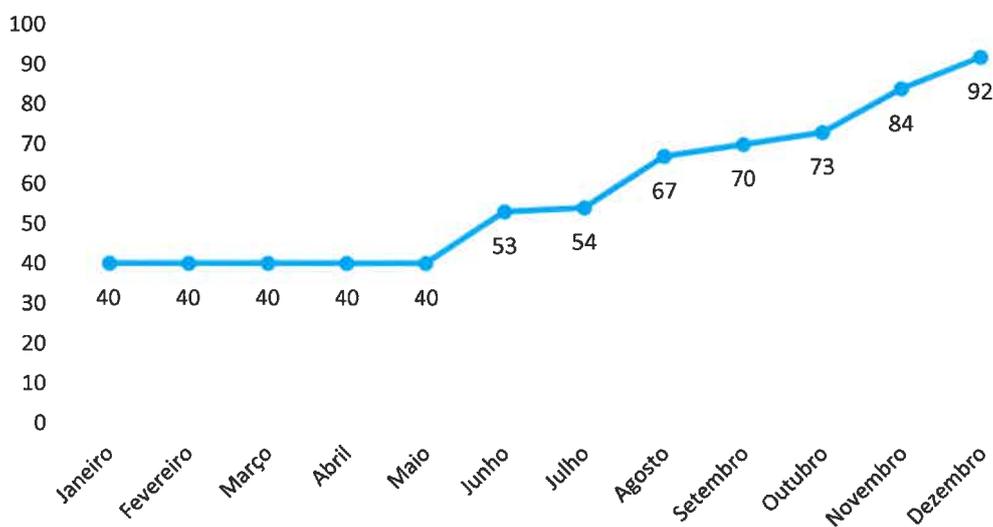


[Handwritten signatures and notes in blue ink, including a large signature and several smaller ones.]

De facto, de 2019 para 2020, temos um acréscimo de 52% na média anual de beneficiários do POAPMC, passando esta, respetivamente, de 38 para 58 beneficiários.

Em termos da evolução mensal e em números absolutos, verifica-se que os efeitos nefastos da pandemia na economia (desemprego, redução de rendimentos familiares, etc.) levou a um crescendo de sinalização de famílias para este apoio alimentar, com especial enfoque a partir do mês de maio de 2020, mês a partir do qual se foi passando gradualmente de 40 beneficiários até aos 92 registados em dezembro, correspondendo estes a 43 agregados familiares.

Evolução mensal de beneficiários PO APMC em 2020



Por fim, deixamos os dados estatísticos da situação pandémica a nível interno, a 31/12/2020. Data em que já se tinha iniciado o programa de vacinação a nível nacional, contudo o mesmo só viria a ser iniciado no concelho de São Pedro do Sul, precisamente na instituição, a 20 de janeiro de 2021.

Indicador	N.º de Testes à Covid-19 realizados	Casos confirmados Covid-19	Casos Recuperados	Vacinas Administradas
Utentes	539 Área Sénior: 494 Infância: 45	29 ERPI LI – 5 ERPI LA – 21 SAD – 2 CD – 0 Creche – 1 Pré-escolar – 0 CATL – 0	21 ERPI LI – 4 ERPI LA – 14 SAD – 2 CD – 0 Creche – 1 Pré-escolar – 0 CATL – 0	0 0
Colaboradores	596 (548 Área sénior; 48 Infância)	19	8	0
Observações	Inclui testes rápidos e testes PCR realizados com participação ou por intermédio da Misericórdia, excetuando-se eventuais testes realizados a título particular.			Plano de vacinação ainda não tinha arrancado na instituição.

Não obstante o anterior, a instituição reitera o seu compromisso para com os utentes e a comunidade, fazendo tudo o que lhe seja possível para minimizar o impacto da pandemia que atravessamos, sem, contudo, também apelarmos à colaboração de todos no sentido de serem agentes de saúde pública e cumprirem as orientações dos organismos oficiais no tocante à doença em apreço. O sucesso, a maior ou menor dificuldade de atuação e resposta dos serviços de saúde nacionais, depende da nossa atuação conjunta enquanto comunidade.

6. Proposta de aplicação de resultados

Considerando que a MSPS encerrou as contas relativas ao exercício de 2020 com Resultados Líquidos positivos no montante de 128.314,82€ e atendendo que deverá constar no relatório de gestão a forma como deverá ser aplicado aquele resultado, propõe-se que o referido Resultado Líquido do exercício seja integrado na conta “Resultados Transitados”.

NOTA FINAL

Em termos de conclusão, a Mesa Administrativa continua atenta ao desenrolar dos problemas sociais que afetam a nossa comunidade, seja em termos locais, regionais ou nacional. Perante estes a acomodação e passividade são termos que continuam abolidos nas reuniões de trabalho. Acreditamos num futuro que fará justiça a todos os que acreditam num mundo melhor, ou seja, onde existe maior justiça social e um maior equilíbrio socioeconómico.

Cabe a cada um de nós inculcar o espírito e valores de entrega, de perseverança e intervenção social, atuando de e para uma sociedade solidária, fugindo, assim, ao imediatismo e individualismo muito patente na sociedade atual.

Finalmente, a Mesa Administrativa agradece e expressa o seu reconhecimento por toda a colaboração, aos Representantes do Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Viseu, à União das Misericórdias Portuguesas, ao Instituto de Emprego e Formação Profissional, à Câmara Municipal de São Pedro do Sul, aos Órgãos Sociais, parceiros institucionais, bem como aos Colaboradores que, de uma forma muito profissional, aplicam no seu dia-a-dia todo o seu empenho e carinho a todos os que usufruem dos nossos serviços.

Deixamos, deste modo, uma palavra de agradecimento a todos os que colaboram nesta Causa, desejando que mantenham e difundam a Esperança em todos aqueles que a nossa ação toca.

O Diretor-geral

O Contabilista Certificado

Aprovado em Reunião de Mesa Administrativa da Misericórdia de S. António de São Pedro do Sul em 05 de abril de 2021.

A Mesa Administrativa:

Provedor

Vice-Provedor

Secretário

Tesoureiro

Vogal

Deliberação em Assembleia Geral:

Aprovado por unanimidade em Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia de Santo António de São Pedro do Sul, a 29 de maio de 2021.

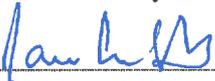
Presidente



Vice-Presidente



Secretário



Nota: Anexar cópia da Ata da Assembleia Geral.



ANEXOS

Anexo 1 - Relatório de Contas

Anexo 2 - Parecer do Conselho Fiscal

Anexo 3 - Ata da Assembleia Geral



Anexo 1 – Relatório de Contas

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and initials 'MA' at the bottom.]



Índice Secundário

BALANÇO	46
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA	47
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	48
ANEXO 2020.....	49
1. Identificação da Entidade	49
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	49
3. Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	49
3.1 Principais políticas contabilísticas.	49
4. Fluxos de Caixa	57
5. Ativos Fixos Tangíveis	57
5.1 Bens do património histórico, artístico e cultural	57
5.2 Outros Ativos Fixos Tangíveis	57
5.3 Propriedades de Investimento	60
6. Ativos Intangíveis.....	60
6.1 Outros Ativos Intangíveis.....	60
7. Custo de Empréstimos Obtidos	62
8. Inventários	62
9. Rédito	62
10. Provisões.....	63
11. Subsídios e outros apoios das entidades públicas	63
12. Benefícios dos empregados.....	64
13. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	65
14. Outras Informações	65
14.1 Investimentos Financeiros.....	65
14.2 Créditos a receber	65
14.3 Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros	67
14.4 Outros ativos correntes	67
14.5 Diferimentos.....	67
14.6 Caixa e Depósitos Bancários	67
14.7 Fundos Patrimoniais	68
14.8 Fornecedores.....	68

14.9	Estado e Outros Entes Públicos	69
14.10	Outros passivos correntes	69
14.11	Subsídios, doações e legados à exploração	70
14.12	Fornecimentos e serviços externos	70
14.13	Trabalhos para a própria entidade	70
14.14	Outros rendimentos	71
14.15	Outros Gastos	71
14.16	Acontecimentos após data de Balanço	71
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA E POR VALÊNCIAS		72

(Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller ones, positioned to the right of the table of contents.)

BALANÇO

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro do Sul NIF 501157506

Rua da Misericórdia, nº 6 - São Pedro do Sul

UNIDADE MONETÁRIA (1)

BALANÇO (Individual)

EUR

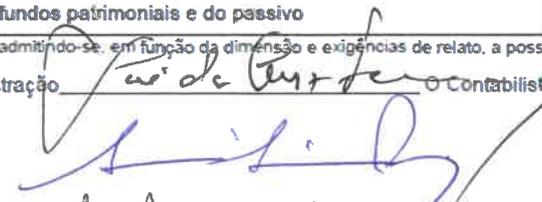
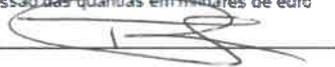
Fator:

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

1

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3/5	4 356 718.57	4 482 759.33
Bens do Património Histórico e Cultural	3/5	98 294.56	98 294.56
Ativos intangíveis	3/6	1 811.68	0.00
Investimentos Financeiros	3/14.1	14 481.85	11 315.28
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Mem			
		4 471 306.66	4 592 369.17
Ativo corrente			
Inventários	3/8	61 074.46	39 970.84
Créditos a Receber	3/14.2	21 863.31	13 730.09
Estado e outros entes públicos	3/14.9	7 339.14	0.00
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Mem	3/14.3	10.00	22.50
Outros ativos correntes	3/14.4	46 192.88	42 239.90
Diferimentos	3/14.5	17 039.00	4 623.67
Caixa e depósitos bancários	3/14.6	2 060 419.57	1 862 913.37
		2 213 938.36	1 963 500.37
Total do ativo		6 685 245.02	6 555 869.54
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		0.00	0.00
Excedentes técnicos		0.00	0.00
Reservas		0.00	0.00
Resultados transitados	14.7	5 285 024.35	5 401 982.51
Excedentes de revalorização		0.00	0.00
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	11/14.7	654 429.55	668 653.27
Resultado líquido do período		128 314.82	-116 958.16
Total dos fundos patrimoniais		6 067 768.72	5 953 677.62
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	10	13 997.25	13 997.25
Provisões específicas		0.00	0.00
Financiamentos obtidos		0.00	0.00
Outras dívidas a pagar		0.00	0.00
		13 997.25	13 997.25
Passivo corrente			
Fornecedores	3/14.8	85 865.79	85 399.04
Estado e outros entes públicos	3/14.9	47 170.07	48 343.49
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Mem		0.00	0.00
Financiamentos obtidos		0.00	0.00
Outros passivos correntes	3/14.10	452 470.27	440 516.85
Diferimentos	3/14.5	17 972.92	13 935.29
		603 479.05	588 194.67
Total do passivo		617 476.30	602 191.92
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		6 685 245.02	6 555 869.54

1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euro

A Administração  Contabilista Certificado 

António Henrique Figueira
 João Luís Fernandes da Glória da Paiva
 Que Onça de Paiva Diretor

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro do Sul
Rua da Misericórdia nº 6 - São Pedro do Sul

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL) DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR Factor:

1

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados	3/9	1 384 117.11	1 443 465.13
Subsídios ISS	3/14.11	1 760 814.31	1 681 788.55
Subsídios de Outras Entidades	3/14.11	230 009.50	42 481.53
Variação nos inventários da produção		0.00	0.00
Trabalhos para a própria entidade	14.13	4 830.68	4 734.23
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-75 748.42	-81 715.43
Fornecimentos e serviços externos	14.12	-942 124.92	-899 466.85
Gastos com o pessoal	3/12	-2 170 883.91	-2 120 948.68
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0.00	0.00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	3/14.2	-17 229.46	12 188.79
Provisões (aumentos/reduções)	10	0.00	-13 997.25
Provisões específicas (aumentos/redução)		0.00	0.00
Aumentos/reduções de justo valor		0.00	0.00
Outros rendimentos	3/9/11/14.14	216 142.36	214 220.29
Outros gastos	14.15	-50 039.40	-119 994.05
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		339 887.85	162 756.26
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3/5/6	-211 573.03	-279 714.42
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		128 314.82	-116 958.16
Juros e rendimentos similares obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares suportados		0.00	0.00
Resultado antes de impostos		128 314.82	-116 958.16
Imposto sobre rendimento do período		0.00	0.00
Resultado líquido do período		128 314.82	-116 958.16

A Administração

O Contabilista Certificado

António Henrique Figueira
António Figueira e Luísa Paiva
Luísa Paiva

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro do Sul
Rua da Misericórdia nº 6 - São Pedro do Sul

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA

UNIDADE MONETÁRIA(1)

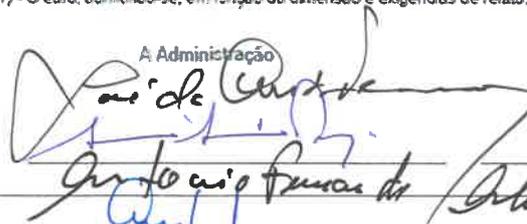
EUR Factor:

1

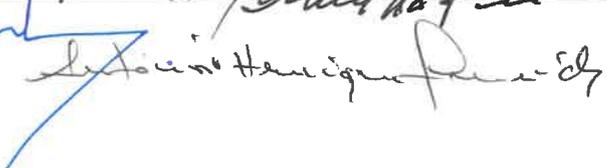
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		1 369 483.20	1 437 670.53
Pagamentos a fornecedores		-1 036 410.61	-1 026 386.36
Pagamento de Apoios		-15 585.44	-15 698.45
Pagamento a pessoal		-1 492 823.07	-1 440 451.60
Caixa gerada pelas operações		-1 175 335.92	-1 044 865.88
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0.00	445.00
Outros recebimentos/pagamentos		1 258 236.54	1 037 920.58
Fluxos de caixa atividades operacionais (1)		82 900.62	-6 500.30
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
<i>Pagamento respeitantes a:</i>			
Propriedades de investimento		0.00	0.00
Activos fixos tangíveis		-76 996.85	-127 150.88
Activos intangíveis		0.00	0.00
Investimentos financeiros		-4 587.40	-4 023.86
Outros ativos		0.00	0.00
<i>Recebimentos provenientes de:</i>			
Propriedades de investimento		102 021.49	102 478.88
Activos fixos tangíveis		4 500.00	138 442.44
Investimentos financeiros		1 133.09	181.16
Outros ativos		0.00	0.00
Activos intangíveis		0.00	0.00
Subsídios de investimento		0.00	0.00
Juros e proveitos similares		2 588.79	3 306.74
Fluxos de caixa das atividades de investimento(2)		28 659.12	113 234.48
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
<i>Recebimentos provenientes de:</i>			
Financiamento obtidos		0.00	0.00
Realizações de fundos		0.00	0.00
Cobertura de prejuizos		0.00	0.00
Doações		85 946.46	9 987.46
Outras operações de financiamento		0.00	0.00
<i>Pagamentos respeitantes a:</i>			
Financiamento obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares		0.00	-253.04
Dividendos		0.00	0.00
Redução de fundos		0.00	0.00
Outras operações de financiamento		0.00	0.00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		85 946.46	9 734.42
Variação de caixa e seus equivalentes(1+2+3)		197 506.20	116 468.60
Efeito das diferenças de câmbio		0.00	0.00
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 862 913.37	1 746 444.77
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4/14.6	2 060 419.57	1 862 913.37

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

A Administração  O Contabilista Certificado 

João José Soares da Silva da P...

Mod. MSPS-PGI 048-02 

ANEXO 2020

1. Identificação da Entidade

1.1 A Santa Casa da Misericórdia de Santo António de S. Pedro do Sul é uma entidade sem fins lucrativos, IPSS, com o NIPC 501.157.506.

1.2 Sede em Rua da Misericórdia nº 6 – São Pedro do Sul.

1.3 A Santa Casa da Misericórdia de Santo António de S. Pedro do Sul tem o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e justiça entre os indivíduos. Tem como principal atividade a ação social para pessoas idosas e crianças, expressa nas suas 7 valências diferentes: ERPI – Estrutura Residencial para Idosos; ERPI para grandes dependentes; Creche, Pré-Escolar (Jardim-de-infância); CATL – Centro de Atividades de Tempos Livres; o SAD – Serviço de Apoio Domiciliário e Centro de Dia.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 Em 2020 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto é referido que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria nº 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria nº 215/2015, de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso 82592/2015, de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI).

2.2 Não existiram disposições do SNC que tenham sido derogadas.

2.3 Não aplicável

3. Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 Principais políticas contabilísticas.

3.1.1 Bases de apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF) e de acordo com os respetivos Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF).

Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este

pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas, das rubricas “Outros ativos correntes” e “Outros passivos correntes” e “Diferimentos”.

Consistência de Apresentação:

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante.

Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade é dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Compensação:

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

Informação Comparativa:

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.1.2 Outras políticas contabilísticas**Ativos Fixos Tangíveis**

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de

desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em regime anual.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela seguinte:

Descrição	Vida Útil estimada (anos)
Terrenos e recurso naturais	Indefinida
Edifícios e outras construções	6 a 50 anos
Equipamento Básico	4 a 6 anos
Equipamento de transporte	5 a 10 anos
Equipamento administrativo	3 a 10 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	4 a 6 anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, e que sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também é efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo decorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”.

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verificarem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem têm um tratamento contabilístico diferente do bem onde são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em regime anual.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As “Propriedades de Investimento” são registadas pelo seu custo, o qual consideramos que se aproxima do seu justo valor, pelo que não achamos necessário proceder à avaliação das mesmas. Assim, de acordo com a vida útil estimada das Propriedades de Investimento, são calculadas as depreciações das mesmas seguindo o método da linha reta, em regime anual.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica “Propriedades de investimento em desenvolvimento” até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção, a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como “Variação de valor das propriedades de investimento”, que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em regime anual.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida Útil estimada (anos)
Programas de computador	3 a 5 anos

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo seja superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações do risco segurado;
 - Alterações da taxa de câmbio.
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Créditos a Receber e Outros Ativos Correntes

Os Créditos a receber e outros ativos correntes encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim refletir o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e o respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estejam mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF-ESNL).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros passivos financeiros

As dívidas registradas em “Fornecedores” e “Outros passivos financeiros” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

Financiamentos Obtidos**Empréstimos obtidos**

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Estado e Outros Entes Públicos

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou



suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2017 a 2019 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

Relativamente às prestações de serviço, o rédito é reconhecido no período a que respeitam, com a exceção do rédito das quotas que é reconhecido aquando do seu recebimento.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o regime do acréscimo.

Subsídios do governo

O rédito de subsídios é reconhecido quando existe segurança de que a entidade cumprirá as condições a eles associadas e que os subsídios serão recebidos.

Os subsídios não reembolsáveis são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais, e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante o período de vida útil dos bens a que eles dizem respeito na rubrica "Outros rendimentos", de forma a balanceá-los com os gastos relacionados com os respetivos ativos.

No caso dos subsídios reembolsáveis, estes são contabilizados como passivos, mas se posteriormente adquirirem a condição de não reembolsáveis, passarão a ter o tratamento referido anteriormente.

Quando um subsídio se torne recebível por uma entidade como compensação por gastos ou perdas incorridos num período anterior, esse subsídio deve ser reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível, com a divulgação necessária para a compreensão do seu tratamento.

Na situação em que um subsídio se torne reembolsável, este deve ser contabilizado como uma revisão de uma estimativa contabilística. Assim, esse reembolso de um subsídio relacionado com rendimentos ou relacionado com ativos deve ser primeiramente aplicado em contrapartida de eventuais créditos diferidos, não amortizado e seguidamente deve ser reconhecido como um gasto.

Os subsídios relacionados com rendimentos são reconhecidos como rendimentos do próprio período na rubrica "Subsídios à exploração" da Demonstração dos Resultados do Período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento. Caso se tornem recebíveis num período posterior, estes serão rendimentos do período em que se tornem recebíveis.

Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregados de curto prazo são mensurados numa base não descontada e reconhecidos de acordo com o princípio do acréscimo.

3.1.3 Principais pressupostos relativos ao futuro

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

3.1.4 Principais fontes de incerteza nas estimativas

Não se verifica.

4. Fluxos de Caixa

4.1 Os saldos de caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso e a sua desagregação consta da nota 14.6.

5. Ativos Fixos Tangíveis

5.1 Bens do patrimônio histórico, artístico e cultural

Nos anos de 2019 e 2020 não existiram quaisquer variações conforme quadros abaixo.

Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo Final
Bens Imóveis	83.445,37	0,00	0,00	0,00	0,00	83.445,37
Bens Móveis	14.849,19	0,00	0,00	0,00	0,00	7.103,06
Obras de Arte	7.103,06	0,00	0,00	0,00	0,00	7.103,06
Outros	7.746,13	0,00	0,00	0,00	0,00	7.746,13
Total	98.294,56	0,00	0,00	0,00	0,00	98.294,56

Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Perdas por imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Obras de Arte	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

5.2 Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2019 e de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos Fixos Tangíveis 2019						
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	174.097,12	0,00	0,00	0,00	0,00	174.097,12
Edifícios e outras construções	4.702.793,12	1.800,28	0,00	7.295,80	0,00	4.711.889,20
Equipamento Básico	1.658.581,44	11.928,18	435,60	0,00	0,00	1.670.074,02
Equipamento de transporte	338.407,72	30.200,00	0,00	0,00	0,00	368.607,72
Equipamento administrativo	320.316,58	4.219,81	0,00	0,00	0,00	324.536,39
Outros ativos fixos tangíveis	61.752,02	3.952,67	553,35	0,00	0,00	65.151,34
Ativos fixos tangíveis em curso	28.444,89	69.698,03	0,00	-20.630,36	0,00	77.512,56
Total	7.284.392,89	121.798,97	988,95	-13.334,56	0,00	7.391.868,35

Depreciações 2019						
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	1.439.008,73	102.827,17	0,00	0,00	0,00	1.541.835,90
Equipamento Básico	1.394.640,86	104.273,57	435,60	0,00	0,00	1.498.478,83
Equipamento de transporte	322.126,22	15.690,75	0,00	0,00	0,00	337.816,97
Equipamento administrativo	311.457,08	7.440,70	0,00	0,00	0,00	318.897,78
Outros ativos fixos tangíveis	51.176,56	4.685,80	553,35	0,00	0,00	55.309,01
Total	3.518.409,45	234.917,99	988,95	0,00	0,00	3.752.338,49

Perdas por Imparidade 2019				
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento Básico	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

Ativos Fixos Tangíveis 2020						
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	174.097,12	0,00	2.400,00	0,00	0,00	171.697,12
Edifícios e outras construções	4.711.889,20	0,00	0,00	0,00	0,00	4.711.889,20
Equipamento Básico	1.670.074,02	28.602,83	2.977,90	0,00	0,00	1.695.698,95
Equipamento de transporte	368.607,72	0,00	0,00	0,00	0,00	368.607,72
Equipamento administrativo	324.536,39	1.403,56	525,23	0,00	0,00	325.414,72
Outros ativos fixos tangíveis	65.151,34	8.443,70	17,02	0,00	0,00	73.578,02
Ativos fixos tangíveis em curso	77.512,56	49.572,34	0,00	-17.905,65	0,00	109.179,25
Total	7.391.868,35	88.022,43	5.920,15	-17.905,65	0,00	7.456.064,98

Depreciações 2020						
Descrição	Saldo Inicial	Depreciações do exercício	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	1.541.835,90	103.313,87	0,00	0,00	0,00	1.645.149,77
Equipamento Básico	1.498.478,83	48.106,13	0,00	0,00	0,00	1.546.584,96
Equipamento de transporte	337.816,97	15.690,75	0,00	0,00	0,00	353.507,72
Equipamento administrativo	318.897,78	3.201,61	525,23	0,00	0,00	321.574,16
Outros ativos fixos tangíveis	55.309,01	6.390,76	0,00	0,00	0,00	61.699,77
Total	3.752.338,49	176.703,12	525,23	0,00	0,00	3.928.516,38

Perdas por Imparidade 2020				
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento Básico	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

5.3 Propriedades de Investimento

2019						
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo Final
Propriedades de investimento – custo de aquisição	1.480.128,29	29.466,14	0,00	12.642,70	0,00	1.522.237,13
Propriedades de investimento - depreciações	-647.119,37	-31.888,29	0,00	0,00	0,00	-679.007,66
Total	833.008,92	-2.422,15	0,00	12.642,70	0,00	843.229,47

2020						
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo Final
Propriedades de investimento – custo de aquisição	1.522.237,13	19.904,71	0,00	0,00	0,00	1.542.141,84
Propriedades de investimento - depreciações	-679.007,66	-33.964,21	0,00	0,00	0,00	-712.971,87
Total	843.229,47	-16.058,56	0,00	0,00	0,00	829.169,97

6. Ativos Intangíveis

6.1 Outros Ativos Intangíveis

Ativos Intangíveis 2019						
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo Final
Estudos e projetos	24.021,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.021,00
Certificação energética	23.528,17	0,00	0,00	0,00	0,00	23.528,17
Programas de computador	63.631,01	0,00	0,00	0,00	0,00	63.631,01
Total	111.180,18	0,00	0,00	0,00	0,00	111.180,18

Amortizações 2019						
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo Final
Estudos e projetos	24.021,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.021,00
Certificação energética	23.528,17	0,00	0,00	0,00	0,00	23.528,17
Programas de computador	50.722,87	12.908,14	0,00	0,00	0,00	63.631,01
Total	98.272,04	12.908,14	0,00	0,00	0,00	111.180,18

Perdas por Imparidade 2019				
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Estudos e projetos	0,00	0,00	0,00	0,00
Certificação energética	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

Ativos Intangíveis 2020						
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo Final
Estudos e projetos	24.021,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.021,00
Certificação energética	23.528,17	0,00	0,00	0,00	0,00	23.528,17
Programas de computador	63.631,01	2.717,38	0,00	0,00	0,00	66.348,39
Total	111.180,18	2.717,38	0,00	0,00	0,00	113.897,56

Amortizações 2020						
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo Final
Estudos e projetos	24.021,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.021,00
Certificação energética	23.528,17	0,00	0,00	0,00	0,00	23.528,17
Programas de computador	63.631,01	905,70	0,00	0,00	0,00	64.536,71
Total	111.180,18	905,70	0,00	0,00	0,00	112.085,88

Perdas por Imparidade 2020				
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Estudos e projetos	0,00	0,00	0,00	0,00
Certificação energética	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

7. Custo de Empréstimos Obtidos

Quer em 2019, quer em 2020, não foi contraído qualquer empréstimo pelo que não existe qualquer saldo nem encargo financeiro.

8. Inventários

2019					
Descrição	Inventário Inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário Final	CMVMC
Mercadorias	315,60	0,00	0,00	315,60	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	49.927,89	71.359,09	83,69	39.655,24	81.715,43
Total	50.243,49	71.359,09	83,69	39.970,84	81.715,43

2020					
Descrição	Inventário Inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário Final	CMVMC
Mercadorias	315,60	0,00	-315,60	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	39.655,24	75.397,99	21.769,65	61.074,46	75.748,42
Total	39.970,84	75.397,99	21.769,65	61.074,46	75.748,42

9. Rédito

Descrição	2020	2019
Vendas	10,16	100,98
Prestações de Serviços		
Quotas dos utilizadores	1.378.360,95	1.434.947,65
Quotizações e Joias	4.228,50	4.595,50
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Serviços secundários	1.517,50	3.821,00
Juros	2.474,60	3.108,28
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	1.386.591,71	1.446.573,41

10. Provisões

2019				
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Processos judiciais em curso	0,00	13.997,25	0,00	13.997,25
Total	0,00	13.997,25	0,00	13.997,25

2020				
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Processos judiciais em curso	13.997,25	0,00	0,00	13.997,25
Total	13.997,25	0,00	0,00	13.997,25

A provisão existente foi constituída em 2019 na sequência de um processo judicial de recurso da decisão de aplicação de coima. Coima esta aplicada pela Autoridade Tributária na sequência de procedimento inspetivo com correções em sede de IVA.

11. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

2019				
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
PIDDAC	125.098,46	0,00	5.387,01	119.711,45
2ª fase Lar de Acamados	17.118,83	0,00	778,13	16.340,70
MASES – Adaptação Equip. Sociais	36.762,09	0,00	875,29	35.886,80
PRODER – Ampliação Lar de Idosos	115.953,19	0,00	2.576,74	113.376,45
MaisCentro – energia solar térmico + iluminação	31.979,63	0,00	31.979,63	0,00
MaisCentro – estudos e projetos	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo Rainha Dª Leonor	216.326,03	0,00	4.506,79	211.819,24
Total	543.238,23	0,00	46.103,59	497.134,64

2020				
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
PIDDAC	119.711,45	0,00	5.486,78	114.224,67
2ª fase Lar de Acamados	16.340,70	0,00	778,12	15.562,58
MASES – Adaptação Equip. Sociais	35.886,80	0,00	875,29	35.011,51
PRODER – Ampliação Lar de Idosos	113.376,45	0,00	2.576,74	110.799,71
MaisCentro – energia solar térmico + iluminação	0,00	0,00	0,00	0,00
MaisCentro – estudos e projetos	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo Rainha Dª Leonor	211.819,24	0,00	4.506,79	207.312,45
Total	497.134,64	0,00	14.223,72	482.910,92

12. Benefícios dos empregados

Os membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2019 e 2020 não usufruíram de qualquer remuneração. Os órgãos diretivos são os seguintes:

Mesa Administrativa

Cargo	Nome	NIF
Provedor	José da Cruz Fernandes	[REDACTED]
Vice-Provedor	António Santos Pais	[REDACTED]
Tesoureiro	António Henrique Pinho C. Almeida	[REDACTED]
Secretário	António Fernandes de Almeida Pinto	[REDACTED]
Vogal	Ana Maria Paiva Oliveira	[REDACTED]

Conselho Fiscal

Cargo	Nome	NIF
Presidente	Eduardo Rodrigues da Silva	[REDACTED]
Vogal	Joaquim António Tavares Loureiro	[REDACTED]
Vogal	Maria João Tavares	[REDACTED]

Mesa da Assembleia Geral

Cargo	Nome	NIF
Presidente	Rui Jorge Ferreira Barros	[REDACTED]
Vice-Presidente	Maria João Martins Figueiredo Fernandes	[REDACTED]
Secretário	Paula Cristina Paiva Pinto	[REDACTED]

Ressalva-se a recomposição da Mesa da Assembleia Geral na Assembleia de 30/11/2020.

O número médio de empregados internos ao serviço foi de 181, em 2019 e de 181 em 2020, considerando substituições e programas do IEPF (177 em ambos os anos se não considerarmos baixas prolongadas e licenças sem vencimento).

Os gastos incorridos com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2020	2019
Remunerações dos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações do pessoal	1.691.055,72	1.640.270,65
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as remunerações	377.408,71	375.372,81
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	26.604,71	32.025,14
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	75.814,77	73.280,08
Total	2.170.883,91	2.120.948,68

Handwritten signatures and initials in blue ink on the right side of the page, including a large signature at the top and several smaller ones below.

13. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

A Santa Casa da Misericórdia de S. Pedro do Sul ficou obrigada à revisão legal de contas a partir de 1 de janeiro de 2012. Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para o ano de 2020 foram de 7.920,00 € acrescidos de IVA à taxa normal, relativos à revisão legal de contas.

14. Outras Informações

De modo a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

14.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2020 e 2019 a Entidade detinha os seguintes Investimentos Financeiros:

Descrição	2020	2019
Outros investimentos financeiros	14.481,85	11.315,28
Perdas por imparidade	0,00	0,00
Total	14.481,85	11.315,28

14.2 Créditos a receber

Para os períodos de 2020 e 2019 a rubrica "Créditos a Receber" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Cientes e utentes c/c		
Cientes	7.947,00	5.472,00
Utentes – saldo devedor	13.916,31	8.258,09
Utentes – saldo credor	0,00	0,00
Total	21.863,31	13.730,09
Cientes e Utentes títulos a receber		
Cientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Cientes e Utentes cobrança duvidosa		
Cientes	14.651,00	261,00
Utentes	22.265,49	24.779,67
Total	36.916,49	25.040,67
Adiantamento de Clientes e Utentes	113.295,40	118.960,97
Cientes com caução	1.250,00	1.250,00

Nos períodos de 2020 e 2019 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2020	2019
Cientes	14.390,00	0,00
Utentes	2.839,46	3.644,38
Total	17.229,46	3.644,38

Nos períodos de 2020 e 2019 foram registadas as seguintes “Reversões de Perdas por Imparidade”:

Descrição	2020	2019
Cientes	0,00	966,00
Utentes	0,00	14.867,17
Total	0,00	15.833,17

14.3 Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros

Esta rubrica, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, evidenciava os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
Fundadores/.../Associados/Membros	10,00	22,50
Total	10,00	22,50

14.4 Outros ativos correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" apresentava, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a seguinte composição:

Descrição	2020	2019
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamento a fornecedores	77,05	7.025,52
Adiantamentos a fornecedores de investimento	0,00	386,40
Devedores por acréscimos de rendimentos	19.831,09	13.382,62
Entidades Públicas	25.133,51	21.445,36
Outros Devedores	1.151,23	0,00
Total	46.192,88	42.239,90

14.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica "Diferimentos" apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
Gastos a reconhecer	17.039,00	4.623,67
Rendimentos a reconhecer	17.972,92	13.935,29

14.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa de Depósitos Bancários", demonstrava os seguintes saldos, em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Descrição	2020	2019
Caixa	172,43	350,47
Depósitos à ordem	436.989,91	290.827,78
Depósitos a prazo	1.623.257,23	1.571.735,12
Total	2.060.419,57	1.862.913,37

14.7 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

2019				
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	5.537.400,30	0,00	135.417,79	5.401.982,51
Excedentes de Revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	543.238,23	0,00	46.103,59	497.134,64
Doações	142.052,49	29.466,14	0,00	171.518,63
Total	6.222.691,02	29.466,14	181.521,38	6.070.635,78

2020				
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	5.401.982,51	0,00	116.958,16	5.285.024,35
Excedentes de Revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	497.134,64	0,00	14.223,72	482.910,92
Doações	171.518,63	0,00	0,00	171.518,63
Total	6.070.635,78	116.958,16	14.223,72	5.939.453,90

14.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da forma seguinte:

Descrição	2020	2019
Fornecedores c/c	85.865,79	85.399,04
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	85.865,79	85.399,04

14.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e Outros Entes Públicos” está subdividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Ativo		
IRC	0,00	0,00
IVA	7.339,14	0,00
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	7.339,14	0,00
Passivo		
IRC	0,00	0,00
IVA	113,12	153,09
IRS	6.019,13	5.595,38
Segurança Social	40.621,25	42.240,55
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Fundos de Compensação	416,57	354,47
Total	47.170,07	48.343,49

Handwritten signatures and initials in blue ink are present to the right of the table, including a large signature at the top, a signature below it, and initials 'MA' and 'Paul.' at the bottom.

14.10 Outros passivos correntes

A rubrica “outros passivos correntes” desdobra-se da forma seguinte:

Descrição	2020	2019
Pessoal	927,20	1.038,33
Fornecedores de Investimentos	2.769,39	1.068,98
Clientes e Utentes - cauções	1.250,00	1.250,00
Adiantamentos de clientes	113.295,40	118.960,97
Credores por acréscimos de gastos	322.913,13	317.673,12
Outros credores	11.184,84	0,00
Entidades Públicas	130,31	525,45
Total	452.470,27	440.516,85

14.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A entidade reconheceu, nos períodos de 2020 e 2019, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

14.11.1 Ativo Contingente

No âmbito de herança de António da Silva registada em 2019, foi concretizado em 2020 a movimentação de um ativo contingente relacionado com aplicações financeiras no montante de 83.187,36€. Prevalece, no âmbito da mesma herança, um outro ativo contingente, ainda em avaliação, proveniente de herança de Maria Branca Silva Santos em que este mecenas é herdeiro.

Descrição	2020	2019
Subsídios do Estado e outros entes públicos	1.874.944,97	1.711.806,52
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e heranças	31.408,19	12.463,56
Legados	84.470,65	0,00
Total	1.990.823,81	1.724.270,08

14.12 Fornecimentos e serviços externos

Os “Fornecimentos e serviços externos” subdividem-se da seguinte forma, relativamente aos anos de 2020 e 2019:

Descrição	2020	2019
Subcontratos	277.162,42	239.492,62
Serviços especializados	151.142,01	164.297,08
Materiais	17.568,80	24.021,19
Energia e fluidos	173.959,14	164.764,80
Deslocações, estadas e transportes	193,64	1.366,35
Serviços diversos	322.098,91	305.524,81
Total	942.124,92	899.466,85

14.13 Trabalhos para a própria entidade

Os trabalhos para a própria entidade totalizaram nos anos de 2020 e 2019 os seguintes montantes:

Descrição	2020	2019
Ativos fixos tangíveis	4.830,68	4.734,23
Total	4.830,68	4.734,23

14.14 Outros rendimentos

A rubrica "Outros rendimentos" encontra-se dividida da forma seguinte:

Descrição	2020	2019
Rendimentos Suplementares	8.856,07	11.177,12
Descontos de pronto pagamento obtidos	44.104,96	24.627,21
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	102.870,80	102.097,20
Juros de depósitos a prazo	2.474,60	3.108,28
Outros rendimentos e ganhos	57.835,93	73.210,48
Total	216.142,36	214.220,29

14.15 Outros Gastos

A rubrica "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Impostos	100,72	1.141,63
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Serviços bancários	0,00	560,54
Outros gastos e perdas	49.938,68	118.291,88
Total	50.039,40	119.994,05

14.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação revelada nas contas.

As demonstrações financeiras, para o exercício de 2020 foram aprovadas pela Mesa Administrativa, em 05 de abril de 2021.

A Mesa Administrativa

O Contabilista Certificado

[Handwritten signatures and names]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA E POR VALÊNCIAS

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro d

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900101 - LAR IDOSO!

UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR

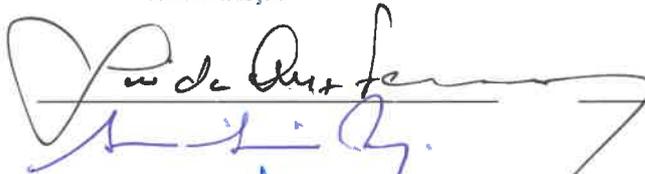
Factor:

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados		482 286.50	470 243.97
Subsídios ISS		411 192.50	382 314.40
Subsídios de Outras Entidades		20 962.35	7 059.10
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjun		0.00	0.00
Variação nos inventários da produção		0.00	0.00
Trabalhos para a própria entidade		0.00	0.00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-10 442.74	-12 001.24
Fornecimentos e serviços externos		-313 401.76	-292 406.03
Gastos com o pessoal		-485 489.39	-455 439.44
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0.00	0.00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-197.65	9 199.21
Provisões (aumentos/reduções)		0.00	0.00
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizações (perdas/reversões)		0.00	0.00
Aumentos/reduções de justo valor		0.00	0.00
Outros rendimentos		17 274.91	29 534.71
Outros gastos		0.00	-19 677.32
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		122 184.72	118 827.36
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-72 752.44	-104 425.04
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0.00	0.00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		49 432.28	14 402.32
Juros e rendimentos similares obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares suportados		0.00	0.00
Resultado antes de impostos		49 432.28	14 402.32
Imposto sobre rendimento do período		0.00	0.00
Resultado líquido do período		49 432.28	14 402.32

A Administração

O Contabilista Certificado



 António Henrique Almeida
 José Loureiro Francisco da Glória da Rosa

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro do

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900102 - LAR ACAMAD

UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR Factor:

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados		626 403.60	614 528.18
Subsídios ISS		829 980.04	817 716.00
Subsídios de Outras Entidades		18 857.40	12 199.18
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjur		0.00	0.00
Variação nos inventários da produção		0.00	0.00
Trabalhos para a própria entidade		0.00	0.00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-10 926.20	-10 324.81
Fornecimentos e serviços externos		-440 063.61	-410 800.17
Gastos com o pessoal		-928 328.42	-891 534.99
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0.00	0.00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-2 003.12	-3 644.38
Provisões (aumentos/reduções)		0.00	0.00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)		0.00	0.00
Aumentos/reduções de justo valor		0.00	0.00
Outros rendimentos		10 477.76	19 454.93
Outros gastos		-695.19	-28 255.26
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		103 702.26	119 338.68
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-46 831.53	-73 281.77
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0.00	0.00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		56 870.73	46 056.91
Juros e rendimentos similares obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares suportados		0.00	0.00
Resultado antes de impostos		56 870.73	46 056.91
Imposto sobre rendimento do período		0.00	0.00
Resultado líquido do período		56 870.73	46 056.91

A Administração

O Contabilista Certificado

Luís da Cruz
António Henrique
 António Henrique
 José Louro Fernandes do Glorioso Povo

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro de

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900103 - SAD

UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR Factor:

1

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados		77 041.67	76 675.27
Subsídios ISS		148 662.45	114 053.40
Subsídios de Outras Entidades		1 204.41	782.07
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjur		0.00	0.00
Varição nos inventários da produção		0.00	0.00
Trabalhos para a própria entidade		0.00	0.00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-1 995.99	-992.71
Fornecimentos e serviços externos		-66 521.26	-48 993.57
Gastos com o pessoal		-140 431.10	-141 693.41
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0.00	0.00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-37.53	798.11
Provisões (aumentos/reduções)		0.00	0.00
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizações (perdas/reversões)		0.00	0.00
Aumentos/reduções de justo valor		0.00	0.00
Outros rendimentos		414.13	63.00
Outros gastos		0.00	-3 193.93
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		18 336.98	-2 501.77
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-2 443.04	-2 557.34
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0.00	0.00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		15 893.94	-5 059.11
Juros e rendimentos similares obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares suportados		0.00	0.00
Resultado antes de impostos		15 893.94	-5 059.11
Imposto sobre rendimento do período		0.00	0.00
Resultado líquido do período		15 893.94	-5 059.11

A Administração

O Contabilista Certificado

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
 António Henrique Figueiredo
 José Carlos Figueiredo Glória Pereira

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro d

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900104 - CRECHE

UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR Factor:

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados		47 989.57	63 555.29
Subsídios ISS		208 690.91	203 578.56
Subsídios de Outras Entidades		29 419.15	5 077.77
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjur		0.00	0.00
Varição nos inventários da produção		0.00	0.00
Trabalhos para a própria entidade		0.00	0.00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-12 991.22	-13 274.97
Fornecimentos e serviços externos		-20 447.71	-25 629.02
Gastos com o pessoal		-246 515.51	-257 374.38
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0.00	0.00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0.00	1 831.57
Provisões (aumentos/reduções)		0.00	0.00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)		0.00	0.00
Aumentos/reduções de justo valor		0.00	0.00
Outros rendimentos		3 514.87	7 106.46
Outros gastos		-4 887.06	-119.21
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		4 773.00	-15 247.93
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-10 533.18	-15 604.19
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0.00	0.00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-5 760.18	-30 852.12
Juros e rendimentos similares obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares suportados		0.00	0.00
Resultado antes de impostos		-5 760.18	-30 852.12
Imposto sobre rendimento do período		0.00	0.00
Resultado líquido do período		-5 760.18	-30 852.12

A Administração

O Contabilista Certificado

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

C. P.
MA
AmZ

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro d

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900105 - JARDIM

UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR Factor:

1

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados		56 488.84	73 076.27
Subsídios ISS		128 268.36	128 168.36
Subsídios de Outras Entidades		44 297.35	5 597.27
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjur		0.00	0.00
Variação nos inventários da produção		0.00	0.00
Trabalhos para a própria entidade		0.00	0.00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-22 243.38	-25 553.96
Fornecimentos e serviços externos		-26 115.08	-29 009.23
Gastos com o pessoal		-183 448.73	-185 893.76
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0.00	0.00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-266.54	1 530.18
Provisões (aumentos/reduções)		0.00	0.00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)		0.00	0.00
Aumentos/reduções de justo valor		0.00	0.00
Outros rendimentos		5 456.69	6 653.55
Outros gastos		-8 129.79	-3 792.71
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-5 692.28	-29 224.03
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-11 680.65	-16 797.32
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0.00	0.00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-17 372.93	-46 021.35
Juros e rendimentos similares obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares suportados		0.00	0.00
Resultado antes de impostos		-17 372.93	-46 021.35
Imposto sobre rendimento do período		0.00	0.00
Resultado líquido do período		-17 372.93	-46 021.35

A Administração

O Contabilista Certificado

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
Autógrafa Henrique Faria de
gestão e o Fiscal aux. Almeida Queiroz

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro d

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900106 - ATL

UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR Factor:

1

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados		40 262.23	51 223.90
Subsídios ISS		25 056.96	24 210.72
Subsídios de Outras Entidades		19 526.92	3 345.52
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjur		0.00	0.00
Variação nos inventários da produção		0.00	0.00
Trabalhos para a própria entidade		0.00	0.00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-16 137.25	-18 146.02
Fornecimentos e serviços externos		-11 300.60	-12 956.13
Gastos com o pessoal		-115 432.88	-112 863.91
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0.00	0.00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-334.62	1 508.10
Provisões (aumentos/reduções)		0.00	0.00
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizações (perdas/reversões)		0.00	0.00
Aumentos/reduções de justo valor		0.00	0.00
Outros rendimentos		2 075.02	3 558.26
Outros gastos		-6 779.63	-4 801.30
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-63 063.85	-64 920.86
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-7 068.17	-9 220.04
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0.00	0.00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-70 132.02	-74 140.90
Juros e rendimentos similares obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares suportados		0.00	0.00
Resultado antes de impostos		-70 132.02	-74 140.90
Imposto sobre rendimento do período		0.00	0.00
Resultado líquido do período		-70 132.02	-74 140.90

A Administração


O Contabilista Certificado


Autenticado Henrique Pereira
 Gestor da Misericórdia de S. António de S. Pedro

C. P.
MA
WJ

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro d

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900107 - Cantina Soci
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

UNIDADE MONETÁRIA(1)
EUR Factor:
1

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados		36.00	36.00
Subsídios ISS		7 065.87	9 382.79
Subsídios de Outras Entidades		0.00	0.00
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjun		0.00	0.00
Variação nos inventários da produção		0.00	0.00
Trabalhos para a própria entidade		0.00	0.00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-308.37	-175.18
Fornecimentos e serviços externos		-10 252.94	-7 829.45
Gastos com o pessoal		-2 166.01	-2 139.14
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0.00	0.00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0.00	0.00
Provisões (aumentos/reduções)		0.00	0.00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)		0.00	0.00
Aumentos/reduções de justo valor		0.00	0.00
Outros rendimentos		0.00	1.49
Outros gastos		-140.48	0.00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-5 765.93	-723.49
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		0.00	0.00
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0.00	0.00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-5 765.93	-723.49
Juros e rendimentos similares obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares suportados		0.00	0.00
Resultado antes de impostos		-5 765.93	-723.49
Imposto sobre rendimento do período		0.00	0.00
Resultado líquido do período		-5 765.93	-723.49

A Administração

O Contabilista Certificado

Luís de Jesus de
António Henrique Pereira
João Falcão Fernandes
Glória do Pril

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro d

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900108 - Centro Dia

UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR Factor:

1

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados		49 355.00	89 490.75
Subsídios ISS		0.00	0.00
Subsídios de Outras Entidades		3 232.01	0.00
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjur		0.00	0.00
Varição nos inventários da produção		0.00	0.00
Trabalhos para a própria entidade		0.00	0.00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-893.22	-1 234.78
Fornecimentos e serviços externos		-24 571.59	-36 935.02
Gastos com o pessoal		-54 685.63	-57 192.92
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0.00	0.00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0.00	0.00
Provisões (aumentos/reduções)		0.00	0.00
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizações (perdas/reversões)		0.00	0.00
Aumentos/reduções de justo valor		0.00	0.00
Outros rendimentos		417.03	194.50
Outros gastos		0.00	-19.97
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-26 946.40	-5 697.44
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-20 852.65	-21 032.28
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0.00	0.00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-47 799.05	-26 729.72
Juros e rendimentos similares obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares suportados		0.00	0.00
Resultado antes de impostos		-47 799.05	-26 729.72
Imposto sobre rendimento do período		0.00	0.00
Resultado líquido do período		-47 799.05	-26 729.72

A Administração

O Contabilista Certificado

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
 António Henrique Pereira
 gestor financeiro da Misericórdia de S. António de S. Pedro

[Handwritten signature]

C. f.
mp
lms

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro de

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900201 - Administração

UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR Factor:

1

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados		4 253.50	4 635.50
Subsídios ISS		1 897.22	2 364.32
Subsídios de Outras Entidades		92 509.91	8 276.12
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjun		0.00	0.00
Variação nos inventários da produção		0.00	0.00
Trabalhos para a própria entidade		0.00	0.00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-10.05	-11.76
Fornecimentos e serviços externos		-9 762.74	-15 424.64
Gastos com o pessoal		-1 125.59	-1 213.11
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0.00	0.00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0.00	0.00
Provisões (aumentos/reduções)		0.00	-13 997.25
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)		0.00	0.00
Aumentos/reduções de justo valor		0.00	0.00
Outros rendimentos		61 351.15	45 525.36
Outros gastos		-29 407.25	-40 685.13
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		119 706.15	-10 530.59
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-3 990.37	-3 752.94
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0.00	0.00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		115 715.78	-14 283.53
Juros e rendimentos similares obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares suportados		0.00	-560.54
Resultado antes de impostos		115 715.78	-14 844.07
Imposto sobre rendimento do período		0.00	0.00
Resultado líquido do período		115 715.78	-14 844.07

A Administração

O Contabilista Certificado

Luís de Barros de...

[Signature]

Autenticado e assinado por...
gestão financeira 9 de Junho 2021

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro de

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900202 - Carpintaria

UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR Factor:

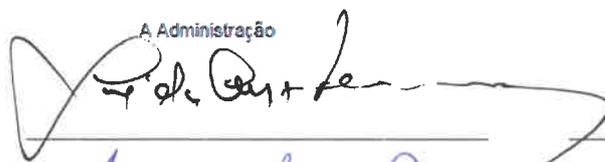
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

1

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados		0.00	0.00
Subsídios ISS		0.00	0.00
Subsídios de Outras Entidades		0.00	0.00
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjur		0.00	0.00
Variação nos inventários da produção		0.00	0.00
Trabalhos para a própria entidade		4 830.68	4 734.23
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0.00	0.00
Fornecimentos e serviços externos		-234.93	0.00
Gastos com o pessoal		-4 477.34	-4 694.23
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0.00	0.00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0.00	0.00
Provisões (aumentos/reduções)		0.00	0.00
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizações (perdas/reversões)		0.00	0.00
Aumentos/reduções de justo valor		0.00	0.00
Outros rendimentos		0.00	0.00
Outros gastos		0.00	0.00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		118.41	40.00
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-118.41	-40.00
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0.00	0.00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		0.00	0.00
Juros e rendimentos similares obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares suportados		0.00	0.00
Resultado antes de impostos		0.00	0.00
Imposto sobre rendimento do período		0.00	0.00
Resultado líquido do período		0.00	0.00

A Administração

O Contabilista Certificado




António Henrique Ferreira de
 Guido do Rio Soares dos Gusões Pais

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro d

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900203 - Culto/Cultur

UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR Factor:

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

1

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados		0.00	0.00
Subsídios ISS		0.00	0.00
Subsídios de Outras Entidades		0.00	144.50
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjur		0.00	0.00
Varição nos inventários da produção		0.00	0.00
Trabalhos para a própria entidade		0.00	0.00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0.00	0.00
Fornecimentos e serviços externos		-282.02	-841.40
Gastos com o pessoal		0.00	0.00
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0.00	0.00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0.00	0.00
Provisões (aumentos/reduções)		0.00	0.00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)		0.00	0.00
Aumentos/reduções de justo valor		0.00	0.00
Outros rendimentos		0.00	0.00
Outros gastos		0.00	0.00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-282.02	-796.90
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		0.00	0.00
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0.00	0.00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-282.02	-796.90
Juros e rendimentos similares obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares suportados		0.00	0.00
Resultado antes de impostos		-282.02	-796.90
Imposto sobre rendimento do período		0.00	0.00
Resultado líquido do período		-282.02	-796.90

A Administração

O Contabilista Certificado

[Handwritten signatures and stamps]

António Henrique Soares de
Guilherme Soares de

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro d

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900205 - Predios

UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR Factor:

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados		0.00	0.00
Subsídios ISS		0.00	0.00
Subsídios de Outras Entidades		0.00	0.00
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjur		0.00	0.00
Variação nos inventários da produção		0.00	0.00
Trabalhos para a própria entidade		0.00	0.00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0.00	0.00
Fornecimentos e serviços externos		-19 170.68	-18 542.19
Gastos com o pessoal		-8 783.31	-10 909.39
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0.00	0.00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-14 390.00	966.00
Provisões (aumentos/reduções)		0.00	0.00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)		0.00	0.00
Aumentos/reduções de justo valor		0.00	0.00
Outros rendimentos		115 160.80	102 128.03
Outros gastos		0.00	-18 888.68
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		72 816.81	54 753.77
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-35 302.59	-33 003.50
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0.00	0.00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		37 514.22	21 750.27
Juros e rendimentos similares obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares suportados		0.00	0.00
Resultado antes de impostos		37 514.22	21 750.27
Imposto sobre rendimento do período		0.00	0.00
Resultado líquido do período		37 514.22	21 750.27

A Administração

O Contabilista Certificado

António Henrique Faria
António Henrique Faria

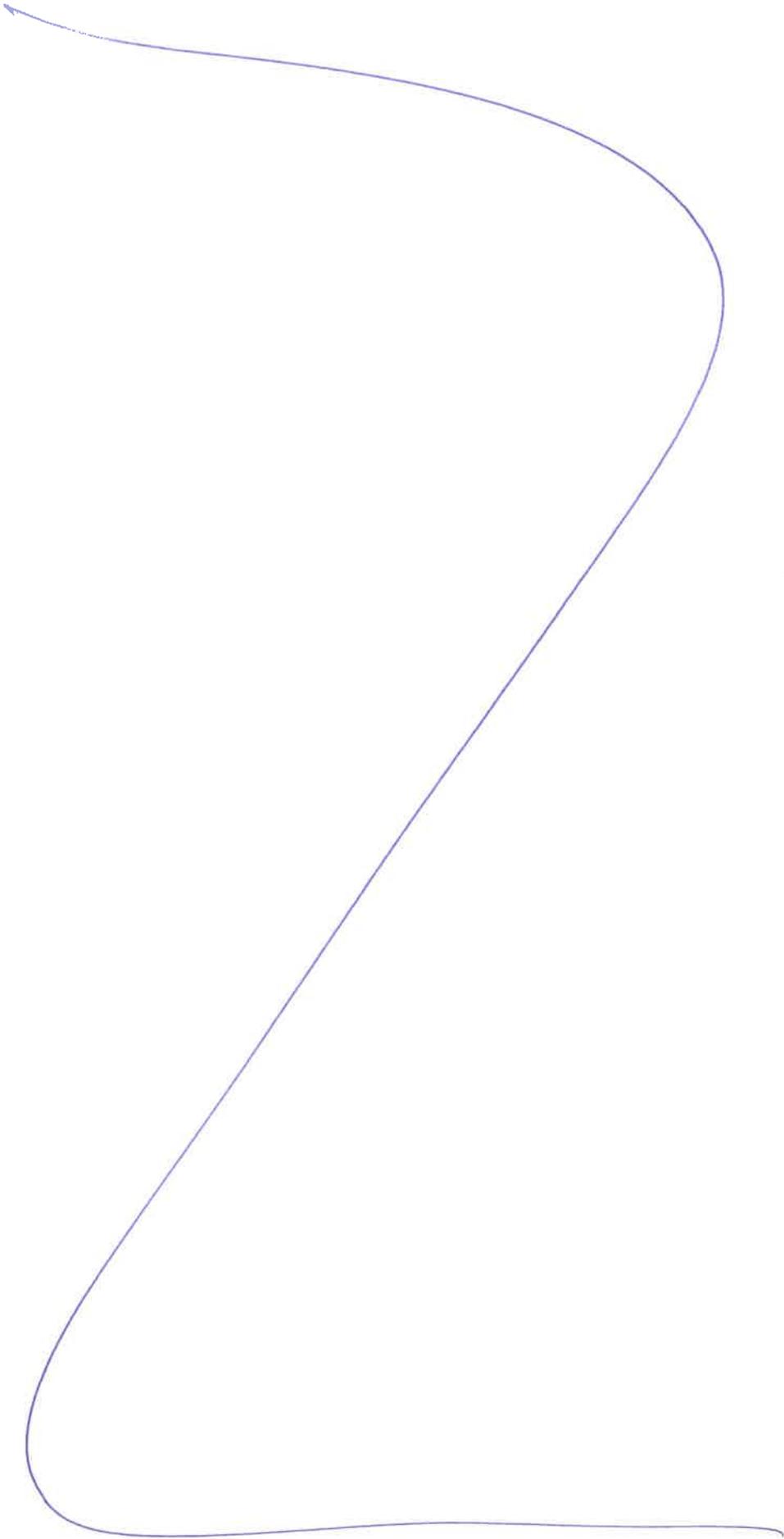
[Assinatura]

António Henrique Faria
João Francisco Guilhote Pinheiro

Anexo 2 – Parecer do Conselho Fiscal

C. G. Ambrosini
[Signature]
[Signature]
[Signature]
[Signature]
[Signature]





2
a
Guth
[Signature]
[Signature]
[Signature]
[Signature]
[Signature]
[Signature]
[Signature]



ATA CF n.º 01/2021

Aos dezassete dias do mês de maio de dois mil e vinte e um, pelas dezanove horas, reuniu o Conselho Fiscal da Misericórdia de Santo António de S. Pedro do Sul, na sua sede social, sita na rua da Misericórdia, n.º6, nesta cidade de S. Pedro do Sul, estando presentes todos os membros que compõem o órgão, Eduardo Rodrigues da Silva, Joaquim António Tavares Loureiro e Maria João Santos Tavares Jorge, dando cumprimento ao previsto na alínea c) do artigo 31.º dos Estatutos desta Instituição. -----

A ordem de trabalhos tem como ponto único: -----

1) Emissão de parecer relativamente ao Relatório de Gestão e Contas de 2020. -----

Disponibilizou-nos a Mesa Administrativa da Misericórdia de Santo António o documento supra referido, bem como a Certificação Legal e Relatório dos ROC relativos às contas do exercício em análise, que depois de vistos e analisados nos merecem o seguinte: -----

Parecer: -----

A Santa Casa da Misericórdia de Santo António apresenta, em 2020, um resultado líquido do exercício de 128.314,82€, para o qual terão contribuído não só as receitas provenientes de doações e legados, mas também a redução de algumas rubricas de despesa e a consecução do aumento de participações e subsídios/acordos, que têm permitido à instituição a manutenção da sua estabilidade a curto e médio prazo. De salientar que 2020 terá sido, certamente, um ano desafiador, obrigando as instituições, nomeadamente as de carácter social, a reinventarem-se diariamente para que as consequências da pandemia tivessem o menor impacto possível junto das diferentes áreas sociais que apoiam. -----

Paralelamente, através da leitura atenta dos elementos disponibilizados e da interpretação dos diversos quadros comparativos, verifica-se também um acréscimo significativo de custos decorrentes da Covid-19, perfeitamente justificáveis face à situação pandémica vivida no ano em análise, e um aumento dos “gastos com pessoal”, decorrente da atualização do salário mínimo nacional. Apesar destas contingências, a instituição conseguiu, em 2020, manter o seu equilíbrio económico-financeiro. -----

Por outro lado, analisadas as demonstrações financeiras de cada uma das valências, nomeadamente a CRECHE, o JARDIM, o CATL e o CENTRO DE DIA, verificamos que se continuam a registar resultados líquidos negativos em cada uma delas, situação para a qual já alertámos a Mesa Administrativa e que, num futuro próximo, poderá comprometer a sustentabilidade da Santa Casa da Misericórdia de Santo António. Desta forma, mais uma vez, reiteramos a recomendação expressa na ata n.º 01/2020 de quinze de junho de dois mil e vinte, devendo a Mesa continuar a prestar especial enfoque a este problema e a adotar as medidas que entenda necessárias à inversão urgente destes resultados.. -----

Em conclusão: -----

O Conselho Fiscal da Misericórdia de Santo António dá o seu Parecer Favorável ao Relatório de Gestão e Contas de 2020, seguindo-se as recomendações acima referidas. -----



Não havendo outros assuntos a tratar, foi encerrada esta reunião, pelas vinte e uma horas, da qual e para constar, foi lavrada a presente ata que, depois de lida na presença de todos, foi aprovada e vai ser assinada. -----

(Eduardo Rodrigues da Silva)

(Joaquim António Tavares Loureiro)

(Maria João Santos Tavares Jorge)

[Handwritten marks and initials in the right margin]



SEDE

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. nº 176

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE S.ANTÓNIO DE S.PEDRO DO SUL**, que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2020 (que evidencia um total de 6.685.245 euros e um total dos fundos patrimoniais de 6.067.769 euros, incluindo um resultado líquido de 128.315 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos aspetos materiais, a posição financeira de **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE S.ANTÓNIO DE S.PEDRO DO SUL** em 31 de Dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



Responsabilidades do Órgão de Gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório da direção nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção



SEDE

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. n.º 176

material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

SEDE

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. nº 176

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Guarda, 06 de Maio de 2021

MARQUES DE ALMEIDA, J. NUNES,
V. SIMÕES & ASSOCIADOS, SROC, S.A.
representada por:

Victor Manuel Lopes Simões – ROC 780,
registado na CMVM com o n.º 20160413

Sede
Rua Batalha Reis, n.º 81, 2.º
6300 – 668 GUARDA
Tel: 271 227303 * Fax: 271 227304
Email: vsroc@mail.telepac.pt

Delegação Coimbra
Av. Fernão de Magalhães, n.º 619 – Ed. Mond – Sala 101
3000 - 178 COIMBRA
Tel: 239 821777 * Fax: 239 841027
Email: geral@marquesdealmeida.pt

Delegação Viseu
Rua Eça de Queirós, nº16
3500 – 417 VISEU
Tel: 232 435277 * Fax: 232 435279
Email: joaonunes.roc@mail.telepac.pt